

ELISA DE OLIVEIRA KUHN

**MOVIMENTO DE MULHERES AGRICULTORAS DO MATO
GROSSO DO SUL: HISTÓRIA E REPRESENTAÇÕES
(1979-1994)**

DOURADOS-2012

ELISA DE OLIVEIRA KUHN

**MOVIMENTO DE MULHERES AGRICULTORAS DO MATO
GROSSO DO SUL: HISTÓRIA E REPRESENTAÇÕES (1979-1994)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Grande Dourados-MS, para a obtenção do título de Mestre em História.

Área de concentração: *História, Região e Identidades.*

Orientador: Prof. Dr. **Losandro Antônio Tedeschi**

DOURADOS-2012

ELISA DE OLIVEIRA KUHN

**MOVIMENTO DE MULHERES AGRICULTORAS DO MATO
GROSSO DO SUL: HISTÓRIA E REPRESENTAÇÕES (1979-
1994)**

DISSERTAÇÃO PARA OBTENÇÃO DO GRAU DE MESTRE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA – PPGH/UFGD

Aprovada em _____ de _____ de _____.

BANCA EXAMINADORA:

Presidente e orientador:

Losandro Antônio Tedeschi (Dr., UFGD) _____

2º Examinador:

Vera Lúcia Puga (Dra., UFU) _____

3º Examinador:

Alzira Salete Menegat (Dra., UFGD) _____

Dedico este trabalho à Cleuza, Gilda, Lourdes, Luzia, Luciana, D. Maria, Oracélia e Marina, lideranças do Movimento de Mulheres Agricultoras do Mato Grosso do Sul e grandes lutadoras.

AGRADECIMENTOS

Agradeço principalmente às mulheres líderes do Movimento de Mulheres Agricultoras do Mato Grosso do Sul, por terem partilhado comigo as suas mais caras lembranças. Ao Mafer, pelos toques. Aos meus pais, pela fé que tiveram em mim. A todos os amigos e amigas, por entenderem a minha ausência. Ao professor Dr. Losandro Antônio Tedeschi pela orientação, Prof. Dra. Alzira Salete Menegat e Prof. Dra. Vera Lúcia Puga, pelo apoio e pela partilha de conhecimentos. Agradeço, ao final desta caminhada, a CAPES pelo apoio e ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Grande Dourados, pela oportunidade.

Mas eu vejo que foi uma explosão da própria vontade da mulher.

(Gilda)

RESUMO

Este trabalho pretende contribuir para o fortalecimento da história das mulheres, estudos de gênero e culturais a partir da análise das memórias de lideranças na trajetória do Movimento de Mulheres Agricultoras do Mato Grosso do Sul, tendo como marco o período de 1979 A 1994. O foco no protagonismo político nos orientou na reflexão histórica sobre a invisibilização do gênero feminino no espaço público dos assentamentos rurais e dos movimentos sociais que construíram na trajetória de formação desses novos lugares. Os aportes teóricos dos estudos culturais, a partir de autores como Roger Chartier e Jacques Le Goff, e de gênero com base nas reflexões de autoras como Joan Scott, Michelle Perrot, Joana Pedro e Rachel Sohiet, nos possibilitaram pensar as trajetórias em termos de movimento social. A utilização de fontes orais, especialmente as entrevistas realizadas com as lideranças, reforça a opção pelo estudo as mulheres a partir das diferenças, ressaltando a multiplicidade das suas subjetividades. No processo de levantamento de dados da pesquisa trabalhamos com documentos do arquivo do movimento em questão, que retrataram a formação do MMA/MS, aliado a entrevistas com integrantes do movimento, que foram também lideranças durante o período de marco da presente pesquisa. Os instrumentos elencados nos permitiram compreender a constituição e organização desse movimento social específico e nos possibilitou, durante todas as etapas da pesquisa, perceber as sutilezas dos processos discursivos que informam sobre os papéis sociais destinados a homens e mulheres. Os resultados finais dessa pesquisa sinalizam para que a questão da maternidade como um paradoxo, ao mesmo tempo que serviu de mote aglutinador e empoderador para a participação das mulheres no movimento social foi também apontado como motivo para o encerramento das atividades do MMA/MS.

Palavras-chave: Gênero; Mulheres; Memória; Movimentos Sociais ; Oralidades

ABSTRACT

This work aims to contribute to the strengthening of women's history, gender studies and cultural analysis from the memoirs of leaders in the trajectory of Movimento de Mulheres Agricultoras do Mato Grosso do Sul, taking as a mark the period of 1979-1994. The focus on political leadership guided us in historical reflection on the invisibility of females in the public space of the rural settlements and social movements that have built in the path of formation of these new places. The theoretical referential of cultural studies, from authors such as Roger Chartier and Jacques Le Goff, and gender based on the reflections of authors such as Joan Scott, Michelle Perrot, Joana Pedro and Rachel Sohiet, enabled us to think in terms of the movement trajectories social. The use of oral sources, especially interviews with leaders, reinforces the choice of study women from the differences, emphasizing the multiplicity of their subjectivities. In the process of data collection, we worked with the file of the movement in question, which portrays the formation of the MMA / MS, combined with interviews with members of the movement, who were also leaders during the period of this research. The instruments listed allowed us to understand the formation and organization of this particular social movement and enabled us during all stages of the research, to understand the subtleties of discursive processes that inform about the social roles for men and women. The final results of this research indicate that the issue of maternity as a paradox, while served as a unifying theme and empowering to women's participation in social movement was also pointed this as a reason for closing the activities of the MMA / MS.

Keywords: Gender, Women, Memory; Social Movements; Oralities.

LISTA DE FIGURAS

Figura 01: Documento que encabeça abaixo-assinado enviado pelas mulheres acampadas de Vila São Pedro e Campo Grande, ao então governador do estado de Mato Grosso do Sul, Wilson Barbosa Martins. (Julho de 1984).

Figura 02: Esquema que apresenta o sistema organizativo do Movimento de Mulheres Agricultoras do Mato Grosso do Sul.

LISTA DE ABREVIATURAS

CAND: Colônia Agrícola Nacional dos Dourados

CPT: Comissão Pastoral da Terra

MMA/MS: Movimento de Mulheres Agricultoras do Mato Grosso do Sul

MST: Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

ONG: Organização Não Governamental

OPAN: Operação Padre Anchieta

PAISM: Programa de Atenção Integral à Saúde da Mulher

SOMECO: Sociedade Melhoramentos e Colonização

STR: Sindicatos de Trabalhadores Rurais

SUMÁRIO

RESUMO.....	07
ABSTRACT.....	08
LISTA DE FIGURAS.....	09
LISTA DE ABREVIATURAS.....	10
INTRODUÇÃO.....	13

CAPÍTULO 1: REPRESENTAÇÕES DE GÊNERO NO IMAGINÁRIO DAS LIDERANÇAS DO MOVIMENTO DE MULHERES AGRICULTORAS DO MATO GROSSO DO SUL

1.1. História das mulheres no MMA: a abordagem cultural.....	23
1.1.1. As mulheres e a invisibilidade na história.....	28
1.1.2. As representações sociais e os espaços femininos na política.....	32
1.1.4. As relações de trabalho e novos espaços femininos.....	35

CAPÍTULO 2: MULHERES ACAMPADAS: HISTÓRIA DA FORMAÇÃO DO MOVIMENTO DE MULHERES AGRICULTORAS DO MATO GROSSO DO SUL (1979-1994)

2.1. Redes de movimentos sociais: formação do MMA/MS e a luta pela terra na região sul do Mato Grosso do Sul	41
2.2. Gênese do movimento e primeiras tentativas de organização.....	48
2.3. Estruturação do movimento e as relações de gênero.....	54
2.4. Autonomia do movimento e empoderamento das mulheres.....	60

CAPÍTULO 3: MEMÓRIAS DO MOVIMENTO: AÇÕES, CONFLITOS, AMBIVALÊNCIAS E PODER

3.1. Memórias de mulheres líderes do Movimento de Mulheres Agricultoras do Mato Grosso do Sul	67
3.2. Lembranças de um tempo de luta: as falas das mulheres.....	69
3.2.1. Lembranças de uma vida sem direitos.....	73
3.2.2. O corpo e os sentidos das memórias.....	80

CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	83
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	94
ANEXOS.....	97

INTRODUÇÃO

Este trabalho pretende contribuir para a ampliação do campo da história das mulheres utilizando os aportes teóricos dos estudos de gênero e estudos culturais. Para a elaboração do trabalho procuramos pensar, a partir da discussão conceitual, tanto as práticas do ofício de historiadora e pesquisadora em gênero, quanto da militância feminista, no entrecruzamento de suas múltiplas influências e contribuições recíprocas. Tratou-se, no nosso caso, de situar-se politicamente no espaço acadêmico, inclusive por que, como afirma a historiadora Joan Scott “muitos daqueles que escrevem a história das mulheres consideram-se envolvidos em um esforço altamente político, para desafiar a autoridade dominante na profissão e na universidade e para mudar o modo como a história é escrita”. (SCOTT, 1992, p. 66). Tratou-se, no nosso caso, de situar-se politicamente no espaço acadêmico, inclusive por que, como afirma a historiadora Joan Scott “muitos daqueles que escrevem a história das mulheres consideram-se envolvidos em um esforço altamente político, para desafiar a autoridade dominante na profissão e na universidade e para mudar o modo como a história é escrita”. (SCOTT, 1992, p. 66).

Ao argumentarmos sobre os caminhos que nos levaram até o objeto de estudo, teríamos de nos reportar a toda nossa trajetória acadêmica e de militância, pois acreditamos que são dimensões indissociáveis. Entretanto, este foi o grande esforço despendido durante toda a elaboração deste trabalho, principalmente na escrita do texto: era preciso deixar em segundo plano a militante, e sua linguagem, evitar a tentação do uso de afirmações impactantes, pois afinal de contas estávamos produzindo conhecimento acadêmico.

Nesse estudo foram enfocadas histórias temáticas de mulheres camponesas, com ênfase para as lembranças do período em que militaram e exerceram a função de lideranças no Movimento de Mulheres Agricultoras do Mato Grosso do Sul (MMA/MS)¹. Em suas trajetórias, elas reelaboraram seus espaços, adaptando-se as novas dinâmicas sociais, integrando-se a diferentes culturas no processo de “luta pela terra”, ao mesmo tempo em que se afirmaram identitariamente como acampadas, sitiantes e assentadas em um processo de reconstrução da identidade individual e coletiva, e este por sua vez forjado pelas relações de gênero.

¹ A partir deste momento, todas as vezes que nos referirmos ao Movimento de Mulheres Agricultoras do Mato Grosso do Sul, utilizaremos a sigla MMA/MS.

Tomamos como base, para uma tentativa de apresentação e explicação do movimento, o teor encontrado no documento “Explicações sobre o projeto do Movimento de Mulheres Agricultoras (MMA/MS)”². A partir da análise dessa fonte temos que o referido movimento se apresenta com fins de alcançar os seguintes objetivos: Em primeiro lugar “conscientizar as mulheres rurais a lutar por seus direitos e organizá-las para a conquista dos mesmos, conquistando assim sua cidadania e libertando-se do machismo”; em seguida “encaminhar lutas concretas para que os direitos garantidos legalmente sejam conquistados na prática” e, por fim “ser um espaço onde as mulheres se sintam seguras para discutir seus problemas e levantar suas propostas”.

O recorte temporal, a princípio estabelecido, abrangia o período entre 1986, ano do primeiro Encontro Estadual e 1994, ano em que decidiram pela sua autodissolução. Entretanto, durante o levantamento e análise da documentação do arquivo do MMA/MS, percebemos que as primeiras articulações se iniciaram em 1979, assim, nosso recorte temporal foi ampliado para compreender o período entre 1979 e 1994.

Este período histórico, no qual destacamos a trajetória das lideranças do MMA/MS, compreende o processo de abertura política e ascensão dos movimentos por direitos sociais e a sua aquisição. Nesse campo, pudemos apontar as principais conquistas das mulheres trabalhadoras rurais, que foram: o salário maternidade extensivo às rurais, direito a aposentadoria aos cinquenta e cinco anos de idade, direito à documentação pessoal como Cadastro de Pessoa Física, Carteira de Identidade, Nota Produtora conjunta, todos assegurados pela Constituição Federal de 1988.

Com relação ao período anterior, a década de 1970, segundo Tedeschi (2009) foi marcada por inúmeros movimentos contestatórios, entre eles, os Movimentos Feministas. Paralelamente, dentro da Igreja Católica, surgiu um movimento de renovação, conhecido como Igreja Progressista, fundado nas propostas da Teologia da Libertação. Essas duas correntes, na sua opinião, influenciaram, em todo território nacional, a formação de Movimentos de Mulheres, e entendemos que este mesmo processo possuiu desdobramentos também no Mato Grosso do Sul, como veremos no caso da formação do MMA/MS.

² Anexo A. Documento “Explicações sobre o projeto do Movimento de Mulheres Agricultoras do Mato Grosso do Sul”. Fonte: Arquivo do Movimento de Mulheres Agricultoras do Mato Grosso do Sul.

Os estudos sobre a história das mulheres tendo como base a luta pela terra e os movimentos populares de mulheres ainda são raros e carecem de mais estudos para que se possa realmente construir um arcabouço teórico-metodológico próprio. Considerando a temática proposta, nosso grande objetivo foi historiar a formação do Movimento de Mulheres Agricultoras do Mato Grosso do Sul e, nesse processo, analisar as relações de gênero e a trajetória das suas lideranças na trajetória de luta para superar os papéis tradicionais de gênero e ocupar o espaço público, marcadamente machista e patriarcal.

As relações que as representações do MMA/MS estabeleceram com a Comissão Pastoral da Terra, Sindicatos de Trabalhadores Rurais, associações, grupo coletivos de assentamentos, cooperativas, com o Movimento de Trabalhadores Rurais Sem Terra e com partidos políticos, nem sempre foi pacífico. Prova disso são as fontes documentais, como neste trecho de uma carta aberta do MMA/MS onde percebemos que muitas rugas ocorreram, segundo esse documento, pela tentativa destas organizações em cooptar as militantes para que aderissem às suas bandeiras de luta, deixando em segundo plano, quando não invisibilizando as bandeiras específicas das trabalhadoras rurais. A preocupação das lideranças em reverter esse processo e construir uma autonomia que as empoderasse é notada em muitas passagens, quando analisamos a documentação mantida em seu arquivo³, de maneira muito especial os documentos que se encontram no corpo do texto e anexados ao final do trabalho.

A história das mulheres como campo de estudos foi profundamente influenciada pelos intercâmbios com os movimentos feministas e as mutações no interior da disciplina. Assim, optamos por nos orientar, nesse espaço, pela trajetória de um “movimento” da história das mulheres, num sentido próximo ao que Joan Scott utiliza “para sugerir algo da qualidade dinâmica envolvida nos intercâmbios no nível nacional e nos interdisciplinares pelos historiadores das mulheres, e ainda para evocar as associações com a política” (SCOTT, 1992, p. 64).

Também nesse sentido a historiadora francesa Michelle Perrot (2008) afirmou que “o desenvolvimento da história das mulheres acompanha em surdina o “movimento” das mulheres em direção à emancipação e à liberação. Trata-se da

³ O arquivo do MMA/MS é composto de panfletos, recortes de jornais, material de formação recebido de outros movimentos sociais, boletins impressos mensalmente pelo MMA/MS, vasta correspondência interna e externa, planilhas de planejamento, projetos, prestações de contas, arquivo fotográfico, uma bandeira de tecido. A documentação utilizada diretamente na construção do texto se encontra no corpo do mesmo, e aquela que apenas tangenciamos, foi anexada ao final do trabalho.

tradução do efeito de uma tomada de consciência ainda mais vasta: a da dimensão sexuada da sociedade e da história”. (PERROT, 2008, p. 15). Sobre essa trajetória e as mudanças no interior da disciplina histórica, afirma que:

A história das mulheres mudou. Em seus objetos, em seus pontos de vista. Partiu de uma história do corpo e dos papéis desempenhados na vida privada para chegar a uma história das mulheres no espaço público da cidade, do trabalho, da política, da guerra, da criação. Partiu de uma história das mulheres vítimas para chegar a uma história das mulheres ativas, nas múltiplas interações que provocam a mudança. Partiu de uma história das mulheres para tornar-se mais especificamente uma história do gênero, que insiste nas relações entre sexos e integra a masculinidade. Alargou suas perspectivas espaciais, religiosas, culturais. (PERROT, 2008, p. 15/16).

No entanto, no nosso entendimento, não bastou a simples constatação de que as mulheres foram invisibilizadas no relato histórico, foi preciso trabalhar no sentido de produzir fontes que enfocassem o protagonismo político dessas mulheres na sua trajetória de militância. Nesse sentido foi de fundamental importância o aporte nos estudos culturais. A associação dos temas trabalhados às questões da pós-modernidade, presentes nas leituras principalmente de produções antropológicas e históricas, possibilitou a ampliação do horizonte teórico, mormente as perspectivas da História Cultural na tentativa de analisar os processos de criação de identidades e representações sociais.

Esses conceitos foram as principais ferramentas das quais fizemos uso neste trabalho, na tentativa de construir uma leitura “no feminino” acerca da formação do MMA/MS. A ideia de movimento perpassou todo o trabalho, e referiu inclusive a perspectiva metodológica adotada, em que procuramos sim, explicitar e historicizar os conceitos, mas acima de tudo, colocá-los em movimento a partir do seu uso.

Para Falcon (2000), com a “crise da representação” no final da década de 1970, “a ciência deixou de ser o fruto de um feliz encontro entre o “real” e seu reflexo ou “representação” e passou a ser uma construção do sujeito pesquisador. Se quisermos considerá-la uma representação da realidade. Como desdobramento deste processo a “representação” tornou-se hipótese ou modelo heurístico – um artifício racional a ser testado, verificado, corrigido ou abandonado no curso da investigação. Trata-se a rigor de uma abstração construída pelo pesquisador.

[...] as representações sociais, (ou imaginários coletivos) são frequentemente expressas ou mesmo “materializadas” através de signos – sinais, emblemas, alegorias e símbolos. A “representação é um conceito chave da teoria do simbólico, uma vez que o objeto ausente é re-apresentado à consciência por intermédio de uma “imagem” ou símbolo, isto é, algo pertencente à categoria do signo” (FALCON, 2000, p. 42-46).

“Sua correspondência com o “real” – se é que de fato existe – somente se torna possível através de inúmeras mediações, aí incluídas as dos instrumentos de pesquisa.” (FALCON, 2000, p. 47).

Os imaginários sociais constituem “representações” cujos sentidos devem ser apreendidos nos textos dos próprios imaginários. Nesse caso, explicá-los e compreendê-los já não é mais uma operação destinada a reduzi-los em suas determinações “não-imaginárias”, mas, pelo contrário, é a tentativa de perceber de que modo tais imaginários “constituem” a própria realidade, incluindo o social. (FALCON, 2000, p. 52)

Joan Scott (1992) argumenta que, no seu uso descritivo, o gênero é apenas um conceito associado ao estudo das coisas relativas às mulheres, mas não tem a força de análise suficiente para interrogar e mudar os paradigmas históricos existentes. As mudanças na organização das relações sociais correspondem, sempre, à mudança nas representações de poder, mas a direção da mudança não segue necessariamente um sentido único. Scott apóia-se nos pós-estruturalistas, que se preocupam com o significado, pois enfatizam a variedade e a natureza política deste. A categoria gênero é definida como

[...] uma maneira de indicar as construções sociais: a criação inteiramente social das idéias sobre os papéis próprios a homens e mulheres. É uma maneira de se referir às origens exclusivamente sociais das identidades subjetivas dos homens e das mulheres. O gênero é, segundo essa definição, uma categoria social imposta sobre um corpo sexuado.” (SCOTT, 1992, p.07).

A ênfase dada aos processos coletivos de identificação, pelos quais os grupos se definem a partir das alteridades possibilitou discutir a criação de uma cultura política como motivações que se inscrevem no quadro de normas e valores que determinam as representações que a sociedade faz de si, do seu passado e do seu futuro.

Essa é a perspectiva da qual nos aproximamos quando optamos em trabalhar com as fontes orais, assumindo todas as dificuldades, mas também toda a alegria que envolve o trabalho com a história “carne viva”, que reage e sangra.

As representações sociais são entidades quase tangíveis. Elas circulam, se entrecruzam e se cristalizam continuamente através duma palavra, dum gesto, ou duma reunião, em nosso mundo cotidiano. Elas impregnam a maioria de nossas relações estabelecidas, os objetos que nós produzimos ou consumimos e as comunicações que estabelecemos. Nós sabemos que elas correspondem, dum lado, à substância simbólica que entra na sua elaboração e, por outro lado, à prática específica que produz esta substância do mesmo modo como a ciência ou o mito correspondem a uma prática científica ou mítica. (MOSCOVICI, 2003, p. 10).

Esse posicionamento justificou-se em razão da natureza desta pesquisa, em que envolvemos assuntos de foro íntimo, muitas vezes considerados delicados e espinhosos e, portanto, todo cuidado necessário foi tomado, ainda mais quando as relações extrapolam o binômio sujeito-objeto. Procuramos, nesse sentido, nos aproximar das mulheres e adquirir sua confiança, o que além de constituir um posicionamento ético fundamental, também torna o trabalho mais rico.

Ecléa Bosi (1994) afirma que o instrumento decisivamente socializador da memória é a linguagem. Ela reduz, unifica e aproxima no mesmo espaço histórico e cultural a imagem do sonho, a imagem lembrada e as imagens da vigília atual. Os dados coletivos que a língua sempre traz em si entram até mesmo no sonho. De resto as imagens do sonho não são, embora pareçam, criações puramente individuais. São representações, ou símbolos sugeridos pelas situações vividas em grupo pelo sonhador: cuidados, desejos, tensões...”

Muitas recordações que incorporamos ao nosso passado não são nossas: simplesmente foram relatadas por nossos parentes e depois lembradas por nós. É preciso reconhecer que muitas das nossas lembranças, ou mesmo de nossas idéias, não são originais: foram inspiradas nas conversas com outros. Com o decorrer do tempo, elas passam a ter uma história dentro da gente, acompanham nossa vida e são enriquecidas por experiências e embates. Parecem tão nossas que ficaríamos surpresos se nos dissessem o seu ponto exato de entrada em nossa vida. Elas foram formuladas por outrem, e nós, simplesmente, as incorporamos ao nosso cabedal. Na maioria dos casos creio que este não seja um processo consciente. (BOSI, 1994, p. 407).

As histórias temáticas, particularmente analisadas de uma perspectiva interdisciplinar, servem para explorar as relações entre representações sociais, memória e narrativa pessoal. Com a análise das entrevistas, procuramos notar como essas mulheres enfrentaram o argumento da condição de gênero como fator dificultador ou impeditivo para a militância política, e se a participação no MMA/MS pode ter contribuído para desconstrução desses papéis socialmente determinados e de que maneira? Quais as estratégias construídas pelas mulheres para incluir na pauta de luta dos movimentos sociais, as questões de gênero?

Segundo Kofes e Piscitelli (1997) nada na memória escapa à trama sincrônica da existência social do presente. Assim considerada, a memória desaprisionaria os fatos de uma temporalidade linear, externa, própria da reconstrução histórica, libertando as múltiplas temporalidades vivenciadas.

O que é lembrado responderia sempre às necessidades da ação atual que, nas palavras do autor, operam à maneira de um filtro, selecionando as tradições que se esquecem e as que se transmitem, de maneira que as tradições são modificadas na medida em que os grupos mudam. Nas memórias, as lembranças pessoais são reconstruídas a partir de um presente que é social uma vez que, para o autor, a lembrança pessoal está situada na encruzilhada de redes de solidariedade múltiplas com as quais os indivíduos estão comprometidos. Mas se essas reconstruções falam de um presente que estabelece limites para as lembranças e que as molda continuamente dando a elas novas formas, as lembranças também falam do passado. (KOFES E PISCITELLI, 1997, p. 346-347).

Essa preocupação com a memória foi percebida durante o trabalho de campo com as mulheres que representaram o MMA/MS. O trabalho foi realizado durante todo o ano de 2011. Inicialmente, fizemos visitas de uma semana para estabelecer contatos com as fontes, apresentar o trabalho e solicitar sua contribuição na forma de entrevista. A participação no encontro anual das lideranças em setembro de 2011 foi de fundamental importância, nessa ocasião foi possível encontrar todas as mulheres reunidas. As entrevistas foram realizadas na casa das entrevistadas. Para a interlocução solicitamos inicialmente que falassem sobre as suas lembranças do tempo da militância no MMA/MS, oferecendo, com parcimônia, estímulos na forma de temas gerais e evitando ao máximo induzir respostas, ainda que isso tenha sido solicitado. Procuramos ouvir muito e falar pouco, atentando para os silêncios, pausas, entonações e silêncios durante as entrevistas.

O grupo selecionado no início da pesquisa incluiu 8 mulheres, referenciadas na tabela abaixo. Entretanto durante a realização do trabalho de campo não conseguimos estabelecer contato com Marina Barbosa, em função de ela não possuir residência fixa nem telefone para contato.

Cleuza de Souza Oliveira, nascida em 1954, casada com João da Silva Oliveira, mãe de cinco filhos, quatro homens e uma mulher. Liderança do Assentamento Monjolinho.
Gilda da Silva Souza, nascida em 1953, casada com Israel Norato de Souza, mãe de sete filhos, quatro homens e três mulheres. Participou do MMA/MS desde 1986 até a sua autodissolução em 1994. Liderança do Assentamento Monjolinho.
Maria de Lourdes Bissoli, nascida em 1952, casada com Luiz Bissoli, mãe de quatro filhos homens. Liderança no Assentamento São Manoel.
Marina Barbosa, nascida em 1942, atualmente reside no Assentamento no município de Sidrolândia. Mãe de sete filhos, um falecido, dentre os vivos três homens e três mulheres. Liderança no Assentamento Taquaral, município de Corumbá.
Oracélia de Oliveira Kuhn, nascida em 1945, casada com Senésio Kuhn, mãe de dois filhos, uma mulher e um homem. Assessora e membro da coordenação estadual.
Luzia Araújo Figueiredo, nascida em 1968, casada com Norato Marques, mãe de uma filhas, mestre em História pela UFGD. Liderança no município de Angélica, a partir de 1990, assume a secretaria do MMA/MS, sediada no município de Dourados. Neste período inicia e conclui o curso de graduação em História no CEUD/UFMS, atual UFGD. Mestre em história pela UFGD.
Luciana Araújo Figueiredo, nascida em 14 de julho de 1974, casada com Claudemir, professora na rede pública de ensino, mestre em educação pela UFGD. Liderança no município de Angélica.
Maria Tereza Lopes de Souza, nascida em 1935, mãe de nove filhos, casada com Josias Araújo Figueiredo. Liderança no município de Angélica.

O que procuramos pensar, a partir do estudo dessas lembranças, foram os modos como se produziram discursivamente as relações e interações sociais e de gêneros nesses espaços. Enfocamos os conflitos e ambivalências decorrentes das relações de poder estabelecidas nesse processo, e também levantamos como se

configuram e constroem as identidades e a memória cultural nas conjunturas resultantes do processo de mobilização social para a conquista de direitos.

Por isso acreditamos que esta pesquisa nos levou a entender os novos espaços sociais das mulheres, e alimentar nosso questionamento se estes estão fortalecendo a autonomia, o poder de decisão das mulheres assentadas ou reproduzindo os tradicionais papéis. Nosso intento, nesse sentido, foi identificar e analisar as vozes das mulheres militantes na luta pela terra enquanto autonomia de expressão⁴, enfocando as lembranças da luta pela terra, a partir da qual se constituem como sujeitos reais, sociais e ativos na construção da história, bem como relacionar sua inventividade na transformação da memória cultural e construção de identidade.

No primeiro capítulo procuramos investigar as formas históricas de invisibilização do feminino para o espaço público. Para isso situamos a discussão em termos de “movimentos em movimento”. Apontamos aproximações, distanciamentos, continuidades e rupturas entre o “movimento” da história das mulheres para o reconhecimento e legitimação como campo de estudos na academia e as lutas das mulheres do MMA/MS pelo reconhecimento do seu status como trabalhadora e conquista da cidadania através de direitos. Através do uso da categoria gênero, na perspectiva da diferença, procuramos focar a especificidade da trajetória de formação do Movimento de Mulheres Agricultoras do Mato Grosso do Sul.

No segundo capítulo analisamos as articulações estabelecidas pelo MMA/MS como outros movimentos sociais na trajetória da sua formação. Para isso partimos do conceito de redes de movimentos sociais, como trabalhado por Ilse Scherer-Warren. Procuramos focar nessa análise as relações de poder envolvidas nessas articulações com movimentos sociais, sindicatos, partidos políticos e entidades da igreja, como a Comissão Pastoral da Terra.

No terceiro capítulo enfocamos individualmente as memórias das mulheres para refletir sobre a experiência da militância e os processos de construção identitários. Procuramos com isso reafirmar a pluralidade do objeto de estudo “mulheres” e a necessidade de se focar as questões de interculturalidade nos estudos de história do tempo presente.

⁴ O foco deste trabalho foram as auto-representações que as mulheres expressaram no processo de recordação das memórias do tempo da militância. Optamos por não entrevistar membros da família das entrevistadas, pois isso abriria demais o foco e poderia comprometer a profundidade da análise.

CAPÍTULO 1

REPRESENTAÇÕES DE GÊNERO NO IMAGINÁRIO DAS LIDERANÇAS DO MOVIMENTO DE MULHERES AGRICULTORAS DO MATO GROSSO DO SUL

1.1. História das mulheres no MMA: a abordagem cultural

Lá eu conheci muita gente, e nesse conhecimento, a gente foi aprendendo, esclarecendo mais as coisa(...)⁵

Escrever uma história das mulheres em muitos aspectos implica falar em invisibilidade, mas também em processos de invisibilização, é preciso trabalhar muito para que elas “apareçam”. Durante séculos, naquilo que refere à sociedade ocidental, elas simplesmente não “aparecem” nos relatos da história política tradicional, preocupada com grandes feitos de grandes homens, no espaço público. Acreditamos, entretanto, que essa invisibilidade é produto do ocultamento historicamente construído, que nada tem de “natural”, é constituído cotidianamente na teia de representações sociais que informam e valoram os diferentes papéis atribuídos a homens e mulheres.

A gente participava, primeiro encontro que eu disse conheci sua mãe, a gente participou em 83...82! Alembro conforme seje hoje, a gente fez assim aquele teatro, um teatro né, o movimento da CPT, mas naquela época eu nem conhecia ninguém, bem dizer da CPT. Era só mais o padre Adriano e a Marlene. Então essas pessoa a gente conhecia onde que eles esclarecia a gente. E aí depois mais, nem fazer compra eu num fazia, por que... não sabia fazer compra. Quem fazia compra era Rael que fazia, comprava o que precisava. E aí, fazer que nem o outro, eu aprendi mesmo quando eu vim pra Padroeira do Brasil, aí foi que eu integrei mesmo na luta né, junto com ... sindicato, fiz o curso do sindicato, fiz curso de formação da coordenação estadual do movimento de mulheres agricultora, que nós fizemos parte do movimento de 5 estados, que era São Paulo, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Mato Grosso (do Sul). E aí fazer que nem o outro foi onde que foi abrindo mais os horizontes e fiquei mais sabendo das coisas, entendendo melhor como é que funcionava a questão política, como é que funcionava sindicato, essas coisa, aí... aqui... lá na Padroeira do Brasil foi onde que eu participei da chapa do sindicato, participei de chapa de associação, foi desses tipo de coisa que eu participei.⁶

Notamos que o depoimento de Gilda é revelador do protagonismo das mulheres no sindicalismo no meio rural no Mato Grosso do Sul, por isso o gênero enquanto categoria de análise nos pareceu fundamental para desmascarar a ação social

⁵ Gilda Alves de Souza, 59 anos, liderança do Assentamento Monjolinho. Anastácio/MS. Entrevista realizada em novembro de 2011.

⁶ Gilda Alves de Souza, 59 anos, liderança do Assentamento Monjolinho. Anastácio/MS. Entrevista realizada em novembro de 2011.

contida nos “discursos sobre a natureza humana”, como forma de indicar as “construções sociais”, a criação inteiramente social das idéias sobre os papéis próprios a homens e mulheres e que, articulada ao conceito de trabalho, tomado a partir da sua diferença, o labor, pode ser de grande utilidade para analisar as relações (desiguais?) de poder⁷ dentro de um espaço, neste aspecto, pouco estudado: os movimentos sociais. Vejamos como se iniciaram as atividades de organização das mulheres

Nos instalamos no município de Deodápolis, num local chamado Presidente Castelo, e lá nos começamos a... as reuniões, discutindo a organização do pessoal através do sindicato, e dentro disso eu comecei a colocar, pras mulheres, que era importante a participação delas, já que se propunha uma... como o país tava vivendo aí ainda... um resquício de ditadura. E a proposta era uma, uma democracia... uma libertação. E... quando se propõe uma libertação, deve ser pra todos, democracia significa, pra nós, significava assim... significa direitos iguais pra todos né? E aí eu comecei a discussão, nas comunidades, nas reuniões eu colocava, também, pras mulheres a participação delas que era uma maneira delas começarem a, tomar consciência da situação, onde...(...) os homens, mesmo... tendo uma vida sofrida e de opressão, ainda tinha alguns direitos, que as trabalhadoras rurais não, e as trabalhadoras rurais não tinham nenhum. Eles tinham...já tinham direito a aposentadoria, direito a terra, enquanto as trabalhadoras, embora fizessem, trabalhassem, tivesse uma dupla jornada né, na roça e em casa, não tinham nenhum direito.⁸

Notamos que como um objetivo primeiro, a intenção era “conscientizar” as mulheres da sua situação subalterna em relação aos homens. O ponto crucial indicado na fala acima é a questão da não-valorização do trabalho feito pelas mulheres, que “embora trabalhassem, tivesse dupla jornada... não tinham nenhum direito”, seu trabalho era invisível. Ou era invisibilizado? Foi a partir da constatação de que tinham em comum essa situação discriminatória que as mulheres começaram a se aglutinar em torno de um movimento. Essas questões foram apontadas anteriormente pelo movimento feminista de segunda onda⁹ nos seguintes termos:

⁷ Entendemos o poder aqui a partir das reflexões de Michel Foucault onde é considerado uma relação de forças, que só pode existir na relação entre seu exercício e a resistência a ele, em contínua tensão. É algo complexo, difuso. Essas relações utilizam métodos e técnicas muito diferentes uma das outras, segundo a época e segundo os níveis. FOUCAULT, M. *Estratégias, poder saber*. Coleção Ditos e Escritos (IV), Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003 p. 231-232.

⁸ Oracélia de Oliveira Kuhn, 67 anos, Assessora do MMA/MS. Picada Café, Rio Grande do Sul, Entrevista realizada em dezembro de 2011.

⁹ Para Joana Pedro, a chamada “segunda onda” do feminismo surgiu depois da Segunda Guerra Mundial, e deu prioridade às lutas pelo direito ao corpo, ao prazer e contra o patriarcado – entendido como o poder

A retórica predominante é a da igualdade. O feminismo assumiu, e criou, uma identidade coletiva de mulheres, indivíduos do sexo feminino com um interesse compartilhado no fim da subordinação, da invisibilidade e da impotência, criando igualdade e ganhando um controle sobre seus corpos e suas vidas. (SCOTT, 1992, p. 66).

O projeto da história das mulheres surge no contexto das mudanças ocorridas a partir do final da década de 1950 e guarda muitas relações, no que se refere ao fazer histórico, aos questionamentos de pesquisadoras e pesquisadores pós-estruturalistas que questionam a fundamentação numa “experiência essencializada” das identidades. O movimento da história das mulheres, a sua inclusão como objeto de estudo, questiona fundamentos básicos da disciplina histórica e somente tem a enriquecer o campo por conta da ampliação tanto de sujeitos quanto de objetos e abordagens.

No sentido de rompimento com uma invisibilidade construída pela ocultação do feminino, as lutas do movimento feminista, a partir da década de 1960, contribuíram de maneira importante para a “inclusão” das mulheres como objeto e sujeito da história, afirma Rachel Sohiet (1997). Segundo a autora com a grande reviravolta da história, um processo de pluralização dos objetos da investigação histórica, em seu movimento, alçou as mulheres à condição de objeto e sujeito da história, sendo esta tarefa assumida preferencialmente por historiadoras e historiadores adeptos da história cultural “preocupada com as identidades coletivas de uma ampla variedade de grupos sociais: os operários, camponeses, escravos, pessoas comuns”. O uso da categoria gênero foi fundamental nesse processo, pois:

[...] *gênero* dá ênfase ao caráter fundamentalmente social, cultural, das distinções baseadas no sexo, afastando o fantasma da naturalização; dá precisão à idéia de assimetria e de hierarquia nas relações entre homens e mulheres, incorporando a dimensão das relações de poder; dá relevo ao aspecto relacional entre as mulheres e os homens, ou seja, de que nenhuma compreensão de qualquer um dos dois poderia existir através de um estudo que os considerasse totalmente em separado, aspecto essencial para “descobrir a amplitude dos papéis sexuais e do simbolismo sexual nas várias sociedades e épocas, achar qual o seu

dos homens na subordinação das mulheres. Naquele momento, segundo a historiadora, uma das palavras de ordem era: “o privado é político”. Lembrando que a primeira onda teria se desenvolvido no final do século XIX e centrado na reivindicação dos direitos políticos, como votar e ser eleita, nos direitos econômicos, como o de trabalho remunerado, estudo, propriedade, herança. PEDRO. Joana M. Traduzindo o debate: o uso da categoria gênero na pesquisa histórica. *História-Revista*. São Paulo, v. 24, n. 1, p. 77-98, 2005.

sentido e como funcionavam para manter a ordem social e para mudá-la”. (SOHIET, 2007. p.288)

A emergência da história das mulheres como um campo de estudo acompanhou as campanhas feministas para a melhoria das condições profissionais e envolveu a expansão dos limites da história, afirma Joan Scott (1992). Mas esta não foi uma operação direta ou linear, não foi simplesmente uma questão de adicionar algo que estava anteriormente faltando. Em vez disso, para a historiadora francesa, há uma incômoda ambigüidade inerente ao projeto da história das mulheres, pois ela é ao mesmo tempo um suplemento inócuo à história estabelecida e um deslocamento radical dessa história. Pensando em termos da lógica contraditória do suplemento, podemos analisar a ambigüidade da história das mulheres, sua força política potencialmente crítica, uma força que desafia e desestabiliza as premissas disciplinares estabelecidas, mas sem oferecer uma síntese ou resolução fácil.

A maior parte da história das mulheres tem buscado de alguma forma incluí-las como objeto de estudo, sujeitos da história, tomando como axiomática a idéia de que o ser humano universal poderia incluir as mulheres e proporcionar evidência e interpretações sobre as várias ações e experiências das mulheres no passado. Joan Scott (1992) afirma, no entanto, que esta história está sempre se confrontando com o “dilema da diferença”¹⁰. O seguinte trecho da fala de D. Maria sobre os direitos das mulheres, principalmente na parte final foi emblemático para o nosso entendimento desse dilema

Elisa: E, a senhora falou de direito das mulheres, o que a senhora entende que são os direitos das mulheres?

D. Maria: Risada. Eu entendo? Eu entendo que direito da mulher é pra...gente ter um salário igual,né... ter mais força né, por que você sabe que , as mulher sempre ganha menos, ne? Trabalha mais. Por que a mulher tem que trabalhar em casa. Tem que fazer. Tem que cuidar de filho, tem que cuidar de casa, tem que cuidar de tudo, e, ainda tem que trabalhar fora. Então e, isso foi a maior luta nossa, pra gente ter direito igual. Mas não era direito de mandar no marido não. Era

¹⁰ “O “universal” implica uma comparação com o específico ou particular, homens brancos com outros que não são brancos ou não são homens, homens com mulheres. Mas estas comparações são mais frequentemente estabelecidas e compreendidas como categorias naturais, entidades separadas, do que como termos relacionais. A história das mulheres, sugerindo que ela faz uma modificação da “história”, investiga o modo como o significado daquele termo geral foi estabelecido. Questiona a prioridade relativa dada a “história do homem”, em oposição à “história da mulher”, expondo a hierarquia implícita em muitos relatos históricos. E mais fundamentalmente, desafia tanto a competência de qualquer reivindicação da história de fazer um relato completo quanto à perfeição e a presença intrínseca do objeto da história - o homem universal.” (SCOTT, 1992, p. 77/78).

direitos igual, diferente né. Por que as vezes muita gente entende que... dizia que era pra mandar no marido, mas não é isso. Direito de... das obrigação ser igual, né? Por que mulher trabalha muito! ¹¹

Quando perguntamos sobre o que D. Maria pensava a respeito dos direitos das mulheres, aos quais havia se referido anteriormente, argumenta primeiramente que seria o direito de receber igual remuneração aos profissionais homens, destacando que a jornada de trabalho das mulheres em geral é maior. O homem era o referencial a ser alcançado, e por cuja igualdade lutaram, mas ao final aparece a grande ambiguidade : “Era direitos igual, diferente né”, acrescentando a especificidade das necessidades das mulheres. O que não nos remete a situação da Inglaterra do início da industrialização, descrita a seguir por Joan Scott

Quando reclamavam uma representação, as mulheres justificavam suas reivindicações invocando as contradições da ideologia sindical, que por um lado pedia a igualdade de todos os trabalhadores e por outro a proteção da vida familiar e doméstica da classe trabalhadora contra a ação devastadora do capitalismo. Enquadrado como estava por esta oposição entre trabalho e família, e entre homens e mulheres, o argumento em favor de um estatuto igual para as mulheres trabalhadoras era tão difícil de formular como de pôr em prática. Paradoxalmente, tornou-se ainda mais difícil quando a estratégia dos sindicatos procurou excluir as mulheres ao defender o princípio do salário igual para trabalho igual. (SCOTT, 1993, p. 466,467).

Adotamos aqui a proposta de Joan Scott (1992) para a aplicação utilização do conceito de gênero na problematização dos “modos” como as relações entre os sexos estruturaram-se ao longo da história. Ao fazê-lo ressaltamos, seguindo a autora, inicialmente dois aspectos importantes os quais não devem jamais ser tomados de forma estanque senão como elementos constitutivos de realidades historicamente situadas: em primeiro lugar o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseado nas diferenças percebidas entre os sexos, ou seja, ele constitui as relações a partir da percepção da diferença sexual, e segundo que o gênero é uma forma primeira de significar as relações de poder.

¹¹Maria Tereza Lopes Figueiredo, 76 anos, liderança do município de Angélica. Dourados/MS. Entrevista realizada em dezembro de 2011.

1.1.1. As mulheres e a invisibilidade na história

Ao longo dos anos 80 ocorre uma revisão da imagem social da feminilidade, feita em grande parte por teóricas feministas e ligadas aos movimentos de mulheres afirma Giuliani (2010). Nesse período, difundem-se novas proposições que reafirmam o princípio de equidade entre os sexos e são debatidas modificações na ordem cultural e jurídica. Chega-se a consciência de que qualquer definição dos papéis “da imagem, da identidade e dos códigos de comportamento da mulher é instável e transitória (e histórica), já que tais concepções culturais são o resultado do confronto entre os valores dominantes e os anseios de mudança”. (GIULANI, 2010, p.650). A fala de Gilda expressou lindamente a maneira como essa transformação foi vivida por ela na sua trajetória de militância

Ser mulher é ser insistente, pra aquilo que ela quer, e que ela vê que é uma coisa boa, pra si, e pra família, ou mesmo pra sociedade. Por que o que eu vejo hoje, é que antigamente, vamos supor, vinte anos atrás, as mulheres, a maior parte das mulheres era considerada frágil, era uma pessoa, era humana mas, não era uma coisa que era pra pegar no pesado...E pegava, num era pra pegar mas pegava. E, fazer que nem o outro, era uma coisa que não era muito vista, ouvida. Hoje não, as “muié” parece que rasgou o véu, ou o manto, sei lá que cobria. Então a mulher é pra tudo hoje, toda vida foi, e hoje é reconhecida, hoje, queira ou não queira, tem que reconhecer. Mas eu vejo que foi uma explosão da própria vontade da mulher.¹²

Tanto as trabalhadoras urbanas como as rurais introduzem em sua participação política temas de reflexão no qual o cotidiano doméstico e do trabalho são ponto de partida para rever a divisão sexual no trabalho e a relação de poder na representação sindical. São percebidos elos que no cotidiano articulam as práticas familiares, o trabalho e a militância sindical. (GIULANI, 2010, p. 650).

A “mulher trabalhadora” tornou-se uma categoria a parte, mais frequentemente um problema a enfrentar que um círculo a organizar. Aglomeradas em trabalhos de mulheres, agrupadas separadamente em sindicatos de mulheres, a situação tornou-se mais uma demonstração

¹² Gilda Alves de Souza, 59 anos, liderança do Assentamento Monjolinho. Anastácio/MS. Entrevista realizada em novembro de 2011.

da necessidade de reconhecer e restaurar as diferenças “naturais” entre os sexos. Assim se institucionalizou – através da retórica, da política e das praticas dos sindicatos – um entendimento da divisão sexual do trabalho que contrapunha produção e reprodução, homens e mulheres. (SCOTT, 1993, p. 468).

Para Giuliani (2010) a vontade de articular os dois mundos, o público no que se refere a militância política e o privado dos vínculos familiares, é expressa na escolha do nome de seus grupos: Movimentos de Mulheres Agricultoras no nosso caso, expressão que une os dois papéis sociais que até pouco tempo eram considerados opostos quanto ao presumido bem estar da família. Essa tradicional representação sobre o papel feminino do cuidar se colocou como um dilema na própria trajetória do movimento de mulheres, como podemos notar na entrevista abaixo:

Agora, o que eu posso dizer é que foi uma experiência muito rica, eu acho que pra todas nós, por que eu acho que nós, todas nós aprendemos muito. Mesmo... eu já tinha participado, em 75 eu tava fazendo pedagogia e... foi o ano internacional da mulher, e a gente já fez alguma discussão na faculdade, mas era uma coisa muito assim... insípida, e a gente não tinha uma visão, e foi, dentro dessa luta, nas dificuldades que nós enfrentamos, por que, assim, o pessoal não acreditava muito, os próprios companheiros de luta, assim, meio que menosprezava, achava que isso era uma coisa... e achava que a gente não sabia fazer as coisas. Então nós além de enfrentar, todo o Estado e tal, a gente teve também que enfrentar os próprios companheiros, da luta, que não botavam muito crédito na gente, achava que... não levava muito em conta as reivindicações, com algumas exceções.¹³

O estatuto de esposa, com suas conseqüências sobre as expectativas sociais, sobre o casal, sobre as próprias mulheres, enquanto definem suas prioridades ao longo da vida ainda hoje constituem um problema não resolvido, para Saraceno (1995). Na medida em que elas continuam em grande parte economicamente dependentes da família, dos maridos, em razão das responsabilidades de assistência familiar que continuam a ser confiadas prioritariamente a elas- portanto- em razão da dependência desse cuidado por parte dos membros da família.

“A divisão do trabalho dentro do casamento é considerada não só como prática, mas também como modelo em que se inspiram tanto as estratégias individuais de homens e mulheres quanto à própria organização do trabalho e das carreiras.”

¹³Oracélia de Oliveira Kuhn, 67 anos, assessora do MMA/MS. Picada Café/RS. Entrevista realizada em dezembro de 2011.

(SARACENO, 1995, p. 214). Essas práticas continuaram sendo, ao longo do tempo, posições e experiências socialmente construídas como assimetricamente complementares com base na pertença de gênero, oriundo das representações, discursos, relações de poder. Notamos que esses discursos se perpetuaram na história, causando resistências por parte das mulheres, como percebemos na fala da Cleuza, do Assentamento Monjolinho:

Elisa: Quando você fala que achava que mulher tinha que trabalhar, o que era trabalho de mulher?

Cleuza: Nossa, trabalho de mulher era... 24 horas né. Era lavar, passar, cozinhar, tratar do porco, e cuidar da vaca, e cuidar dos bichos, e cuidar dos filhos, parir filho. Era isso, e ficar quietinha lá dentro da casa, sem direito de nada, de sair... conversar, de tomar uma decisão. De ajudar na venda da vaca, na compra.

Elisa: O que você entende que é ser mulher? Hoje, depois de ter participado do movimento.

Cleuza: Ah, ser mulher hoje é ter poder de decisão na mão. De dar suas opiniões. Isso hoje é ser mulher.

Elisa: Poder de decisão do que?

Cleuza: Decisão na compra, na venda, ou vamos passear, ou vamos deixar de ir. Isso.

Elisa: E trabalho de homem?

Cleuza: O trabalho do homem é, vai lá na roça, que ele trabalha na roça... tira o leitinho coloca lá, na banca, cata sua motinha e vaza pro boteco! Aí vai tomar umas cachaça, volta tarde sossegado, agora hoje não, tem muito homem que já ajuda a mulher. Com a luta, com o movimento, já tem alguns homens que mudou um pouco. Mas, há uns trinta, quarenta anos atrás, a situação era feia, hoje mulher já pode escolher se ela quer ser mãe, se ela não quer. Se ela quer casar ou se ela quer ficar sozinha, morando sozinha, trabalhando. Até de ter filho sozinha, criar sozinha. E é muito importante, por que as vezes dependendo do gênio da pessoa não vai morar junto por que tem que ter um marido pra ser amparado. Então ela vai, mora sozinha e vive a vida dela e, num tem traste pra atentar.¹⁴

Para Saraceno (1995), essas diferenças derivam do cruzamento de estratégias de gênero que homens e mulheres põem em ação como casal, negociando de maneira mais ou menos explícita e conflitual não só aquilo que cada um deve ou está disposto a fazer, mas também a identidade de gênero de cada um. São justamente estas estratégias que mostram o impasse em que se acha o casamento contemporâneo e as mulheres dentro dele, em razão de seus fundamentos culturais e práticos na divisão do trabalho entre os sexos e, simultaneamente, na atribuição assimétrica de valor e poder

¹⁴Cleuza de Souza Oliveira, 58 anos, liderança do Assentamento Monjolinho. Anastácio/MS. Entrevista realizada em novembro de 2011.

para os dois sexos. De fato na medida em que as mulheres como esposas e mães continuam a ser definidas e a definir-se como responsáveis pelos trabalhos e cuidados familiares, e inversamente os homens continuam a ser definidos como ausentes e não responsáveis em relação a esses mesmos trabalhos.

A ocupação feminina aparecerá como novidade e às vezes como problema, enquanto a ausência de reciprocidade masculina continuará a não ser interrogada. A ocupação feminina é que deverá adaptar-se não só às necessidades familiares de cuidados, mas também às necessidades da identidade masculina. Por que não podem confiar a outros a sua bagagem de deveres, assim como a paciente obra de tessitura e construção das relações e significados de que é feita a vida, além do trabalho remunerado. (SARACENO, 1995, p. 217)

Chiara Saraceno (1995) considera impróprio falar de mulheres em termos genéricos, todavia, a construção social de gênero feminino, como estrutura simbólica e também de expectativas sociais e individuais, continua a tornar precária, de fato e de princípio, à cidadania das mulheres enquanto tais. Nesse sentido, uma cidadania completa, na sua opinião, não deve refletir apenas sobre os direitos à diversidade. Deve refletir também sobre as várias formas de interdependência de que é entremeada a vida a dois e da qual depende a própria qualidade e possibilidade de vida individual. Não mencionar algumas dessas formas, considerando as óbvias no interior da família e nas relações “privadas”, significa negá-las como fonte de direitos sociais e como vínculo real à cidadania plena para quem se encarrega delas. Não se trata nem de passarem bloco da dependência privada para a pública, nem de confiar ao Estado todas as necessidades de assistência e de solidariedade.

Ser mulher para mim é ser um ser marcado por conflitos e desafios. Conflitos porque lutamos por uma igualdade de direitos e ainda não encontramos esta igualdade nem dentro do nosso lar nem fora dele. Dentro do lar temos que ser encarregadas de diversas funções, que em sua maioria os homens não assumem e quando assumem o fazem como um ajuda e não como uma divisão de serviços e obrigação, fora do lar temos que ser ou nos tornar a melhor profissional possível para estar em condições de igualdade com os homens e mesmo quando estamos mais qualificadas que eles ainda ganhamos menos.¹⁵

¹⁵Luciana Figueiredo, 39 anos. Liderança do município de Angélica. Dourados/MS. Entrevista realizada em dezembro de 2011.

Trata-se antes de garantir a cada um, juntamente com direitos individuais de sobrevivência, suficiente autonomia para poder negociar a satisfação (e a definição) das necessidades, mas também para poder doar a própria disponibilidade e reconhecer a interdependência dentro de relações de reciprocidade autênticas e não unilateralmente definidas e esperadas como tais pois “é difícil, com efeito, pensar numa cidadania “igual” quando existe alguém que, por definição, é titular de deveres de assistência e alguém que, inversamente, é titular de direitos de assistência para si e para os seus”. (SARACENO, 1995, p. 228-229).

1.1.2. As representações sociais e os espaços femininos na política

Percebemos, ao longo de toda a trajetória da pesquisa, que historicamente o gênero feminino muitas vezes foi invisibilizado para os espaços públicos, em muito devido ao não reconhecimento das mulheres como trabalhadoras e sua associação aos deveres de cuidado da família, ao mundo privado em consequência. Observamos, nesse sentido, um movimento de transposição de fronteiras, as mulheres se articulando entre si no sentido de reverter esse processo e ocupar o espaço público, esse movimento reivindicou o reconhecimento das mulheres como profissionais, tanto na disciplina histórica, movimento da história das mulheres quanto entre sindicalistas e aquelas que viviam no campo. Como notamos nesse trecho da entrevista com a Luciana:

Ser mulher para mim é ser um ser marcado por conflitos e desafios. Conflitos porque lutamos por uma igualdade de direitos e ainda não encontramos esta igualdade nem dentro do nosso lar nem fora dele. Dentro do lar temos que ser encarregadas de diversas funções, que em sua maioria os homens não assumem e quando assumem o fazem como um ajuda e não como uma divisão de serviços e obrigação, fora do lar temos que ser ou nos tornar a melhor profissional possível para estar em condições de igualdade com os homens e mesmo quando estamos mais qualificadas que eles ainda ganhamos menos.¹⁶

Partimos do entendimento foucaultiano de que o poder atua além do material do conceito, atua em nossos corpos. No caso das mulheres camponesas, muitas vezes, o corpo domesticado, obrigado, assujeitado. O efeito desse poder é a produção de

¹⁶Luciana Figueiredo, 39 anos, liderança do município de Angélica. Dourados, dezembro de 2011.

idéias, das “almas”, de saber, de moral. Foucault diz que esse poder age de modo que aquele que se submete à sua ação o receba, aceite e tome como natural e necessário, que haja consentimento como ao final do trecho da entrevista abaixo, quando Oracélia afirma, em relação ao trabalho doméstico que “a mulher sempre fez”. E o saber entra como condutor desse poder, como uma correia que transmite e que faz com que haja consentimento da opressão. Aqui está o foco da invisibilidade feminina.

[...] por que no início a gente valorizava o trabalho que o homem fazia, a gente achava que pra ter valor, tinha que fazer aquilo que os homens faziam. Hoje eu penso o seguinte: Se a gente quer compartilhar tudo, nós temos que valorizar aquilo que a gente faz também. O trabalho da casa, saber cozinhar, cozinhar, todo trabalho doméstico tem que ser valorizado por que, eu vejo hoje o seguinte: que esse trabalho que, que nós... que sempre esteve na mão das mulheres, e que nunca foi valorizado, que nós temo que valorizar, nós não podemos achar que é só o trabalho lá fora é que vale, que esse trabalho tem que ser valorizado por que, esse trabalho se não for feito, o mundo desaba. Por que é um dos principais pilares da sociedade é esse trabalho que a mulher sempre fez.¹⁷

A representação social não é apenas um condutor de poder. Ela está inscrita na representação. Em certo sentido, é precisamente o poder que está “re-presentado” na representação. A representação social é sempre uma relação social, quer a encaremos como processo, ou vejamos como produto. Aqui entra a questão de como as mulheres do MMA/MS vêem o feminino. Vejamos, o poder está situado nos dois lados da representação, o poder define a forma como se processa a representação e a representação por sua vez tem efeitos específicos, ligados, sobretudo, à produção das identidades culturais, no caso as camponesas, reforçando mais a relação de poder.

Podemos afirmar, de acordo com Chartier (2002), que os indivíduos organizam sua relação com o mundo mediante estruturas complexas de representação que são utilizadas na comunicação. Entretanto, historicamente, essa “tendência a fixação” dessa “imagem” permitiria manipular a imaginação das pessoas, “fabricando respeito e submissão”, um instrumento que produziria uma “imposição interiorizada”, necessária onde não se pode usar o recurso da força bruta. As lutas de representações adquirem, assim, fundamental importância para compreendermos o processo de

¹⁷Oracélia de Oliveira Kuhn, 67 anos. Assessora do MMA/MS. Picada Café/RS. Entrevista realizada em dezembro de 2011.

“hierarquização da própria estrutura social”. Assim concebida a representação se refere a:

[...]uma operação mental que tem por objetivo evocar a presença de algo ausente e que tem sua força embasada na fragilidade da imaginação, que tenderia a considerar os “sinais visíveis” a própria realidade, que não existe, nesse sentido é conceito chave da teoria do simbólico pois “a representação é o instrumento de um conhecimento mediato que revela um objeto ausente, substituindo-o por uma “imagem” capaz de trazê-lo a memória e pintá-lo, tal como é”. (CHARTIER, 2002, p. 74)

É o que nos leva a adotar sua proposta de uma “história das apropriações”. Essa que “visa uma história social dos usos e das interpretações, relacionados à suas determinações fundamentais e inscritos nas práticas específicas que os produzem”.

Dar assim atenção às condições e aos processos que, muito concretamente, sustentam as operações de construção de sentido (na relação de leitura mas também em muitas outras) é reconhecer, contra a antiga história intelectual, que nem as inteligências nem as idéias são desencarnadas e, contra o pensamento universal, que as categorias dadas como invariantes, quer sejam filosóficas ou fenomenológicas, devem ser construídas na descontinuidade das trajetórias históricas. (CHARTIER, 2002, p.68).

A importância da noção de *representação*, para o historiador francês está em que ela permite articular três registros de realidade:

As representações coletivas que incorporam nos indivíduos as divisões do mundo social e organizam os esquemas de percepção a partir dos quais eles classificam, julgam e agem; As formas de estilização da identidade que pretendem ver reconhecida; A delegação a representantes (indivíduos particulares, instituições, instâncias abstratas) da coerência e da estabilidade da identidade assim afirmada. Entre os historiadores, um dos efeitos da atenção renovada pelos textos foi atribuir novamente um papel central as disciplinas de erudição. Os documentos não são mais considerados somente pelas informações que fornecem, mas são também estudados em si mesmos, em sua organização discursiva e material, suas condições de produção, suas utilizações estratégicas. (CHARTIER; 2002, p. 11).

Por isso que ao escrever sobre o MMA/MS nos deparamos com um objeto na história regional praticamente ausente, silenciado: o protagonismo dos sujeitos no espaço político do cenário estadual e brasileiro, e neste trabalho procuramos inverter essa ordem, focando o protagonismo feminino das lideranças.

Na leitura de fontes documentais do arquivo¹⁸ do MMA/MS, notamos uma preocupação dessas mulheres em ocupar espaços de poder (como os cargos de chefia em sindicatos de trabalhadores rurais, grupos coletivos e cooperativas), inclusive para viabilizar a conquista de direitos específicos referentes à suas atividades laborais. Nesse ponto percebemos um grande esforço no sentido de fortalecer a identidade da “mulher trabalhadora”, inclusive com campanhas em que se estimula a “conscientização” das mulheres de que seu trabalho é um trabalho, por oposição ao caráter de “ajuda”.

O que tentamos perceber, tanto nas entrevistas quanto no trabalho de campo e na pesquisa documental, foi como essas mulheres pensavam o gênero e de que forma ele influenciou sobre o que elas entenderam e entendem, por que a memória está sempre se atualizando, por ser “mulher trabalhadora”. Como essa diferença de construiu no cotidiano das mobilizações sociais em torno da luta pela terra? Nesse sentido, o que notamos foi que, embora esse tema tenha sido apontado por todas elas, as próprias falas revelam a permanência de uma associação direta do gênero feminino com os deveres de cuidado.

A autora Joan Scott (1993) chamou a atenção para a importância das representações sociais expressas na linguagem do trabalho, que fez dela um dos principais instrumentos de manutenção de relações de poder desiguais entre homens e mulheres, influenciando sobremaneira na questão da ocupação dos espaços de poder referenciados a partir da dicotomia fundamental: masculino-feminino. É o que procuramos discutir a seguir, enfocando as imbricações entre relações de trabalho e os novos espaços femininos.

1.1.3. As relações de trabalho e os novos espaços femininos

Quanto ao MMA/MS, as relações de trabalho informadas pelas representações dos papéis de gênero são aqui tomadas a partir da diferenciação proposta

¹⁸ Nesta parte fazemos uma referência de conjunto ao arquivo do MMA/MS, entretanto devido ao grande volume de documentos deste, selecionamos para este trabalho apenas aqueles que entendemos ser mais significativos para os nossos objetivos.

por Hannah Arendt (2007) entre labor e trabalho¹⁹ sendo o primeiro referido ao privado e o segundo ao público. Tomamos a discussão a partir desse ponto por entender que os discursos referentes à “natureza” da divisão sexual do trabalho foram o *locus* privilegiado da construção da dominação masculina na história, pela exclusão do elemento feminino do espaço público, diretamente referido ao político e seu confinamento ao “lar”, as tarefas de manutenção da vida em seu sentido biológico.

Gostaria de argumentar que mais do que refletir um processo objetivo de desenvolvimento histórico, a história da separação do lar e do trabalho contribuiu para esse desenvolvimento; essa separação forneceu os termos de legitimação e as explicações que construíram o “problema” da mulher trabalhadora, minimizando continuidades, assumindo que as experiências de todas as mulheres eram iguais e acentuando as diferenças entre homens e mulheres. (SCOTT, 1993. P. 444)

Consideramos aqui, de acordo com Joan Scott (1993), que a divisão sexual do trabalho é produto da história e efeito de discurso; em vez de procurar causas técnicas ou estruturais específicas, devemos usar uma estratégia que analise os processos discursivos pelos quais se constituíram as divisões sexuais do trabalho. Isto permitirá uma análise mais complexa e crítica das interpretações históricas dominantes.

Elisa: O que você pensa que mudou na sua vida por ter participado do movimento?

Cleuza: Ah, mudou. Mudou o jeito de viver, o jeito de ser. A gente se sentia assim oprimida, achava que mulher e não tinha direito de resolver negócio... que os homem que decidia. Aí mudou muito! Eu entendi muito isso, que mulher não é só pra ficar lavando, passando e cozinhando. Entendi que mulher tem que ir a luta, ter o salário dela, o trabalho dela, que o nome tem que aparecer na nota produtora.²⁰

¹⁹ “O **labor** é a atividade que corresponde ao processo biológico do corpo humano, cujos crescimento espontâneo, metabolismo e eventual declínio têm a ver com as necessidades vitais produzidas e introduzidas pelo labor no processo da vida. A condição humana do labor é a própria vida[...].O trabalho é a atividade correspondente ao artificialismo da existência humana, existência esta não necessariamente contida no eterno ciclo vital da espécie, e cuja mortalidade não é compensada por este último. O **trabalho** produz um mundo artificial de coisas, nitidamente diferente de qualquer ambiente natural. Dentro de suas fronteiras habita cada vida individual, embora esse mundo se destine a sobreviver e transcender todas as vidas individuais. A condição humana do trabalho é a mundanidade.” (ARENDR, 2007, p. 15, grifos meus).

²⁰ Cleuza de Souza Oliveira, 58 anos, liderança do Assentamento Monjolinho. Anastácio/MS. Entrevista realizada em novembro de 2011.

A história da separação entre o lar e o trabalho, segundo Joan Scott (1992) seleciona e organiza a informação de modo a obter um certo efeito, um efeito que sublinha vincadamente diferenças biológicas e funcionais entre homens e mulheres, legitimando e institucionalizando assim essas diferenças como base para a organização social. “Ideologia da domesticidade” ou “doutrina das esferas separadas”, a autora refere-a como o discurso que no século XIX conceitualizou o gênero como uma divisão sexual do trabalho “natural”, ainda influencia sobremaneira o grupo em questão.

A cidadania social, conforme a conceitua Saraceno (1995), se refere aos direitos no mundo do trabalho, de uma maneira geral. Envolve os direitos sociais no emprego, enquanto esfera pública e nas relações familiares, enquanto esfera privada. A demanda de cidadania social, para ela, refere-se às mudanças que promovem a igualdade entre as trabalhadoras e os trabalhadores, quanto ao acesso ao mercado de trabalho, às carreiras, ao sistema de previdência social e aos serviços de assistência. Também se refere à introdução de modelos capazes de valorizar a “igualdade entre homem e mulher”, através da partilha das responsabilidades, dos processos de decisões na convivência familiar e também na execução de diferentes atividades. Já a cidadania política é aquela que radica na autodeterminação, na participação e na livre escolha dos representantes políticos.

Para alcançar os direitos sociais, as trabalhadoras impulsionaram modificações complexas que atingem arraigadas dimensões culturais na divisão sexual do trabalho. Essas iniciativas buscam superar as ambigüidades e as tensões no interior dos estatutos sociais: de trabalhadora e trabalhador, de esposa e marido, de mãe e de pai. Nesse sentido, podemos dizer que já desde o fim dos anos 1970, os movimentos de trabalhadoras estão interpelando a sociedade. Sem dúvida, sua capacidade de produzir argumentações, de instaurar o diálogo, de alcançar o consenso para elaborar novas normas e atualizar valores e mecanismos de socialização, representam uma contribuição muito importante para o processo de amadurecimento da sociedade e para o aprofundamento das relações democráticas. A fala de Lourdes representa uma forma específica de como essas transformações histórica se deram no Mato Grosso do Sul, no período em que foi liderança do MMA/MS:

Primeiro quando era nova trabalhava na roça o dia inteiro, chegava em casa era dar banho em moleque, era fazer comida, tudo era por conta da gente, o marido ia deitar, tomar um banho e deitar, e a gente chegava morta de cansada, só que a gente... esse era o trabalho da mulher né, e agora não né,

depois de eu participar do movimento eu vi que o trabalho tem que ser dividido, se um ta na roça, dividindo na roça o outro tem que dividir em casa também, como que divide só numa parte e na outra não? Então isso que a gente começou passar pras companheiras, e os marido não gostou né, aí foi que fracassou nosso movimento.²¹

A construção histórica dessa exclusão, nos apresenta Chiara Saraceno (1995) em um artigo em que enfoca exclusão fundamental do elemento feminino na construção do termo cidadania. Em sua diferença em relação aos “iguais-os homens”, ao mesmo tempo em que eram afirmadas como sujeitos eminentemente familiares, as mulheres eram consideradas responsáveis pela unidade familiar. A divisão do trabalho dentro do casamento, não só como prática, mas como modelo em que se inspiram as estratégias individuais de homens e mulheres, afirma que continuam a ser “posições e experiências socialmente construídas como assimetricamente complementares com base na pertença de gênero”.

As “necessidades” das mulheres demoraram para ser reconhecidas como direitos individuais, afirma a socióloga e, ao invés, foram definidas como um limite para a capacidade de cidadania; e os “deveres das mulheres” foram utilizados como razão da sua exclusão da própria cidadania. Chiara Saraceno (1995) propõe que posição das mulheres em relação à cidadania pode ser colocada em termos de tensão:

Entre direitos individuais e direitos comunitários; entre estatuto de cidadão e estatuto de membro de uma comunidade; entre independência e interdependência, entre igualdade como homogeneização e igualdade como habilitação (quais diferenças são vistas como potencialmente impeditivas do ponto de vista da capacidade de cidadania e por quê?). (SARACENO, 1995, p.206)

Essa diferença, para Saraceno (1995), foi política e simbolicamente construída historicamente com a noção de cidadania, de tal modo que sua exclusão aparece na própria origem dessa noção. É indício daquela oposição constitutiva, que construiu as mulheres como não-cidadãs- ou melhor, como não capazes de cidadania- por que (ao mesmo tempo) as construía como esposas e mães de cidadãos, ou seja: ao mesmo tempo como sujeitos eminentemente familiares responsáveis pela unidade familiar.

²¹Maria de Lourdes Bissoli, 60 anos, liderança do Assentamento São Manoel. Anastácio/MS. Entrevista realizada em novembro de 2011.

Em sua construção histórica a família foi considerada a “base natural” da existência masculina, e em decorrência foram ocultadas as diferenças internas numa “unidade hierarquicamente construída por meio da exclusão dos direitos civis e políticos de todos aqueles que, na família não coincidem com o chefe da família: esposas e filhos dependentes.” (SARACENO, 1995, p. 207-208). Os traços dessa necessária exclusão das mulheres assinalavam a inoportunidade de que as mulheres acessem aos direitos civis e políticos dos homens para não pôr em risco a unidade familiar. É o que entendemos estar presente neste trecho da entrevista com a Luzia:

Elisa: E o que você pensa que é ser mulher?

Luzia: Ah, um ser humano incompreendido pelas circunstâncias vividas...Posso dizer que ser mulher é maravilhoso... mas será mesmo... Antes de ser eu mesma tenho que ser mãe maravilhosa e 24horas por dia... Antes de ser eu mesma tenho que ser esposa... afinal parece que todo ser humano do sexo masculino é um ser aleijado que precisa de cuidados...Antes de ser eu mesma tenho que ser boa profissional. Esse tipo de cobrança da sociedade e nossa mesma estão levando muitas mulheres a desenvolverem vários tipos de doenças que era exclusivamente ou grande parte doenças que acometia mais os homens estão levando as mulheres a um grau de stress tão grande que aumentou o número de fumantes e o numero de mulheres que começaram a beber e cada vez mais cedo.²²

O fato de pertencerem à comunidade/unidade familiar pelo casamento e a responsabilidade de gerar filhos para a família constituíram, para os “pais” da cidadania, a “causa” da incapacidade das mulheres de serem cidadãs, tornando-as ao mesmo tempo dependentes do marido. Reconhecê-las como sujeito de direito autônomo como os homens, de fato, “solaparia as bases da unidade da família, introduzindo a possibilidade do conflito legítimo e da negociação dos interesses entre iguais, que eram apontados como característicos da esfera pública dos cidadãos.” (SARACENO,1995, p.209).

²²Luzia Araújo Figueiredo, 44 anos, liderança do município de Angélica e secretária do MMA/MS. Dourados, dezembro de 2011.

CAPÍTULO 2

MULHERES ACAMPADAS: HISTÓRIA DA FORMAÇÃO DO MOVIMENTO DE MULHERES AGRICULTORAS DO MATO GROSSO DO SUL (1979-1994)

2.1. Redes de movimentos sociais: formação do MMA/MS e a luta pela terra na região sul do Mato Grosso do Sul

Partimos, para a compreensão da trajetória do MMA/MS, das reflexões de Joan Scott (1992). Pensando em termos de paradoxo, afirmamos em consonância com a historiadora, que a conexão entre a história das mulheres e a política é ao mesmo tempo óbvia e complexa. As narrativas convencionais, que afirmam essa conexão como uma linha evolutiva em que se passa do “feminismo” para as “mulheres” e daí para o gênero, necessitam de alguma reflexão crítica. A história desse campo não requer somente uma narrativa linear, mas um relato mais complexo, que leve em conta, ao mesmo tempo, a posição variável das mulheres na história, o movimento feminista e a disciplina da história.

A palavra política, segundo a historiadora, foi usada em vários sentidos: em sua definição mais típica, ela pode significar a atividade dirigida para/ou em governos ou outras autoridades poderosas, atividade essa que envolve um apelo à identidade coletiva e a mobilização de recursos, a mobilização estratégica e a manobra tática. Foi também utilizada para se referir as relações de poder mais gerais e as estratégias visadas para mantê-las ou contestá-las. Mais amplamente foi aplicada às práticas que reproduzem ou desafiam o que é às vezes rotulado de “ideologia”, aqueles sistemas de convicção e prática que estabelecem as identidades individuais e coletivas que formam as relações entre indivíduos e coletividades e seu mundo, e que foram encaradas como naturais, normativas ou auto-evidentes. (SCOTT *in* BURKE, 1992, p. 66).

Essas diferentes definições, a partir de Scott (1992, p.67), correspondem a diferentes tipos de ação e diferentes esferas de atividade. Uma possível utilização da palavra “política”, para caracterizar tudo isso, sugere que os limites de definição e espaço são indistintos, e que, inevitavelmente, qualquer utilização tem múltiplas ressonâncias; é sempre uma narrativa política.

Partindo dessa orientação, neste capítulo procuramos situar historicamente o contexto de formação do Movimento de Mulheres Agricultoras (MMA/MS) na sua inserção entre os movimentos sociais de luta pela terra, no período de 1979 a 1994. Fundamental, nesse sentido foi a utilização do conceito de redes de movimentos sociais, tal como o utiliza Ilse Scherer-Warren:

Referindo-se às redes de redes que se constituem em torno de uma proposta mais abrangente de transformação social ou sistêmica, como foram ou são os movimentos pela democratização na América Latina, pós-período ditatorial na última metade do século passado; o movimento cidadão pela ampliação ou reconhecimento dos direitos humanos, especialmente consolidado a partir dos processos de democratização dessas sociedades[...]. (SCHERER-WARREN 2005, p.30)

Entendemos, em concordância com Scherer-Warren (2006), que para se compreender os movimentos sociais no contexto do mundo globalizado e multicultural, importa examinar as redes sociais interorganizacionais e interativas entre sujeitos sociais. Para a autora, a realidade dos movimentos sociais é dinâmica e muitas das explicações paradigmáticas ou hegemônicas nos estudos da segunda metade do século XX necessitam revisões ou atualizações face à emergência de novos sujeitos sociais, novas formas de organização e articulação e cenários políticos mais dinâmicos, especialmente em sociedades em processo de democratização, na sua definição, movimentos sociais são:

[...] redes sociais complexas, que transcendem organizações empiricamente delimitadas e que conectam, de forma simbólica, solidarística e estratégica, sujeitos individuais e atores coletivos em torno de uma identidade ou identificações comuns, de uma definição de um campo de conflito e de seus principais adversários políticos ou sistêmicos e de um projeto ou utopia de transformação social. (Scherer-Warren, 2006, p. 03).

No sentido de compreender o processo histórico de formação do MMA/MS a partir de sua inserção na rede de movimentos sociais atuantes na luta pela terra, no Mato Grosso do Sul entre 1979 e 1994, apresentamos uma breve análise sobre o processo de ocupação não-índia na região, os diferentes projetos de colonização desenvolvidos ao longo do tempo, bem como os conflitos e contradições gerados nesse processo. Entendemos essa introdução como necessária para uma melhor compreensão do objeto de estudo em questão, haja vista que foi no decorrer desse processo que ocorreram as primeiras mobilizações sociais em torno das quais se aglutinaram as lideranças que formaram o movimento social em questão.

O processo de ocupação não-índia nos campos sul-matogrossenses privilegiou a propriedade privada de grandes extensões de terra, de uma maneira geral. Não raro, essas terras foram objeto de especulação fundiária, houve grande fluxo de

populações de migrantes e imigrantes, atraídos pelos diferentes projetos de colonização. Ao final da década de 1970, consolidada a mecanização no campo, muitos desses trabalhadores e trabalhadoras se viram expropriados de seu meio de subsistência, a terra, seja pelo fim de contratos de arrendamento, ou abandono do campo por falta de estrutura, e encontraram na mobilização social para a Reforma Agrária, a princípio com o apoio da Comissão Pastoral da Terra, uma tentativa retornar a esse modo de vida. A fala de Lourdes Bissoli representa de forma exemplar essa trajetória:

Eu sou Maria de Lourdes Bissoli, sou casada e moro no assentamento São Manoel, aqui na São Manoel desde 90. E estou nesta luta desde 84, então eu venho de uma família humilde, né! Trabalha na roça, trabalhei toda vida na roça, casei muito nova, casei com 16 anos, e casei com um agricultor também, continuei na roça. Aí a gente teve quatro filhos, fomos embora pra cidade, mas foi muito difícil na cidade, fomos embora pra Lençóis Paulista, meu marido trabalhava na Usina, mas a gente tinha quatro filhos pequenos, não conseguia casa para alugar. Morava junto com o meu cunhado, daí era muito difícil por que ele tinha também dois filhos pequenos, daí ficava seis moleque pequeno dentro de um quintal. E aí, meu marido foi obrigado a pedir a conta da usina pra gente voltar pro sítio denovo. Daí quando ele foi pedir a conta o patrão falou ainda assim pra ele: Você tá pedindo a conta, olha a fila de homem pedindo emprego e você pedindo a conta. Daí ele falou: Mas a minha família não quer mais ficar, daí a gente voltou pro sítio do meu sogro, quando a gente voltou pro sítio do meu sogro, era em Mundo Novo (MS), aí tava saindo a primeira ocupação de terra no Mato Grosso do Sul, que era a ocupação da Idalina. Aí a minha sogra falou assim: vão na reunião por que tão reunindo o pessoal pra ir ocupar uma terra, e vocês tem quatro moleque, vocês vão precisar de terra.²³

Em 1979 o estado do Mato Grosso do Sul mantinha uma política fundiária essencialmente voltada para o latifúndio. No campo, a violência foi o recurso frequentemente utilizado para a manutenção da ordem e do progresso. Nesse período se acirraram os conflitos entre grandes proprietários de terras e trabalhadores. Aconteceu que os proprietários se utilizaram da mão de obra de pequenos agricultores para “limpar a terra”, estes trabalharam em regimes de arrendamento, parceria, locação entre outros. Terminado o serviço, tiveram que desocupar o espaço rapidamente (CORTEZ, 1985). Foi nesse contexto que a Comissão Pastoral da Terra iniciou a organização de trabalhadores e trabalhadoras do campo, a partir de círculos bíblicos nas Comunidades Eclesiais de

²³Maria de Lourdes Bissoli, 60 anos, liderança do Assentamento São Manoel, Anastácio/MS. Entrevista realizada em novembro de 2011.

Base. As teses da Igreja Progressista influenciaram de forma marcante a trajetória do MMA/MS, como podemos notar na fala da Oracélia, militante e assessora do movimento:

Meu nome é Oracélia de Oliveira Kuhn, nasci em Campestre, Minas Gerais. Vim pro Rio Grande do Sul em 78, entrei na OPAN, Operação Anchieta, uma organização que trabalhava com índios e camponeses, a gente fez um curso em Caxias, no COM (Centro de Orientação Missionária), aí conheci o Senésio, que tava entrando na mesma organização, fizemos junto um estágio em Canoas, Com o Irmão Ceschin, e trabalhamos com a população da periferia, tivemos uma experiência com alfabetização, com o método Paulo Freire, depois de lá fomos pro Mato Grosso do Sul, através da CPT, com uma proposta de fazer um trabalho, com os trabalhadores rurais, e trabalhadoras rurais. E o objetivo era conscientizar o pessoal, pra tomar consciência da sua situação, e lutar pra uma melhoria de vida, tanto o homens quanto mulheres.²⁴

A fala da Oracélia apresenta os primeiros impulsos do movimento partindo de organizações ligadas à Teologia da Libertação. Cabe nesse momento ressaltar a importância deste movimento surgido nos porões da Igreja Católica, durante a ditadura militar, no sentido do empoderamento gerado no processo de organização de mulheres agricultoras pobres, como é o caso do MMA/MS. A origem do movimento de mulheres rurais, segundo Carmen Deere (2004), está localizada no contexto da abertura democrática da década de 1980 e na consolidação do movimento feminista e de mulheres no Brasil. Nas áreas rurais, as Comunidades Eclesiais de Base e grupos de mulheres organizados pela CPT na década anterior muitas vezes forneceram a experiência formativa que levou as mulheres a questionar a injustiça social, frequentemente ligada a questões de saúde e educação. (DEERE, 2004, p. 179-180)

Entretanto, afirma Deere (2004), dado que as principais estruturas organizacionais em áreas rurais eram os sindicatos, na década de 1980, o movimento de mulheres rurais desenvolveu duas reivindicações centrais: a incorporação de mulheres nos sindicatos e a extensão dos benefícios de seguridade social, incluindo licença-maternidade paga e aposentadoria para as mulheres trabalhadoras rurais. Essas reivindicações refletiram o crescimento da participação de mulheres rurais na força de

²⁴ Oracélia de Oliveira Kuhn, 67 anos, município de Picada Café/RS. Entrevista realizada em dezembro de 2011.

trabalho agrícola e a discriminação que as mulheres enfrentaram, tanto como trabalhadoras assalariadas como dentro dos sindicatos rurais. (DEERE, 2004, p. 180).

As mulheres rurais foram consideradas durante muito tempo difíceis de mobilizar, por que sua inserção no mercado de trabalho seria irregular e provisória, conforme afirma Giuliani (2010, p. 645). A autora afirma ainda, que foram consideradas as principais reprodutoras dos valores patriarcais, no entanto, afirma, estudos tem mostrado que sua participação produtiva é massiva, sua jornada de trabalho é longa e mal remunerada.

As experiências de vida relatadas pelas mulheres rurais mostram que em seu cotidiano não há uma clara distinção entre os limites do lar e do trabalho, entre as atividades domésticas e as tarefas agrícolas, entre as responsabilidades na educação dos filhos e a vida comunitária. A autoridade do chefe de família impede muitas vezes o acesso dessas mulheres a espaços de poder (cooperativas, bancos, associações de produtores e sindicatos). (GIULANI *in* PRIORE, 2010, p.646).

Os grupos de mulheres criados no seio da Pastoral da Terra, como é o caso do MMA/MS, vão além do resgate da identidade feminina ligada ao lar, afirma Giuliani (2010, p.646). São os grupos de mulheres trabalhadoras que no fim da década de setenta introduzem em seus temários o apelo para que os sindicatos assumam com maior determinação a defesa e a preservação do vínculo a terra, dando aos produtores maior força para enfrentarem os proprietários rurais. Grupos de mulheres trabalhadoras e clubes de mães, com o apoio de profissionais das áreas que reivindicavam melhoria e aportes da reflexão feminista possibilitaram a articulação de dimensões da vida sócia e individual antes impensável: mulheres, saúde, cidadania. (GIULANI *in* PRIORE, 2010, p.646). As falas abaixo retratam de forma significativa esse processo:

Meu nome é Cleuza de Souza Oliveira, natural do estado do Paraná, imigrei pro Paraguai nos anos 70, e daí vim pro Mato Grosso do Sul em 81, sou casada tenho cinco filhos, quatro netos, sou filha de trabalhador rural, casei com um trabalhador rural, sou trabalhadora rural e... entrei na luta pela terra, tinha um sonho de ter uma terra, entrei na luta pela terra em 84, aí da qual entrei pra participar do movimento de mulher.²⁵

²⁵Cleuza de Souza Oliveira, 58 anos, liderança do Assentamento Monjolinho. Anastácio/MS. Entrevista realizada em novembro de 2011.

Eu sou Maria Tereza Lopes Figueiredo, nasci em Monte Azul, Minas, me criei em São Paulo, vim de lá...E vim descendo região de Marília, vim descendo, descendo de lá pra cá, morei em Lucélia, morei em Adamantina, no interior, mas tudo na roça, nunca morei em cidade, morei em Tupi Paulista, muitos anos e...depois, que eu vim pra Mato Grosso do Sul, com vinte e sete ano. Aí to, to até agora. E foi, sempre lutando na roça, sempre trabalhando, lutando né...o serviço, os filho...²⁶

A trajetória de mobilização das mulheres rurais não se constituiu, de início, na prática sindical, mas a partir de debates sobre as condições de vida, realizados em pequenos grupos. A maioria era de matriz religiosa, ligados às pastorais, mas também grupos de matriz laica, formados a partir das mobilizações de resistência às expulsões dos moradores das fazendas. No caso do MMA/MS as primeiras mobilizações a que tivemos acesso, por serem documentadas, se dão em torno de reivindicações de melhores condições de vida, alimentação e saúde, entre as acampadas na Vila São Pedro, depois do despejo das famílias que ocuparam a Gleba Santa Idalina ²⁷, como podemos notar na fala da Lourdes, que nesse trecho do seu relato, pondera sobre os momentos difíceis, mas também de confraternização entre as famílias acampadas:

E também eu gostaria de falar assim, do acampamento da Vila São Pedro, que teve bastante coisa, assim, foi bem sofrido, mas teve muita coisa boa também, que lá a gente tinha as assembléias, que fazia com o povo, a gente tinha assim uns bailinho que nós fazia que era muito gostoso também, a gente fez quadrilha, dançou quadrilha, foi muito bom, aquilo ajudava muito a gente a superar o sofrimento que às vez, quando vinha os temporal, os vento, as chuva, ficar dentro do barraco era difícil, mas aí quando a gente tava junto, tava todo mundo

²⁶ Maria Tereza Lopes Figueiredo, 76 anos. Liderança do município de Angélica/MS. Entrevista realizada em dezembro de 2011.

²⁷ Em 1984, por volta de oitocentas famílias ocuparam uma área, de aproximadamente 18 mil hectares, de propriedade da Sociedade Melhoramentos e Colonização (SOMECO S/A) denominada Gleba Santa Idalina, pois a consideraram abandonada pela empresa. A ocupação foi resultado de um longo processo de organização de bases em que a Igreja Católica atuou como mediadora nas negociações. Nesse momento eclodiam diversos conflitos pela posse de terras em várias regiões do Brasil e estavam inseridos, no contexto nacional, no processo de reabertura política. As 800 famílias de “Sem Terra” que ocuparam uma parte da área de 18.000 há pertencentes à SOMECO S/A, denominada Gleba Santa Idalina, eram famílias vindas dos municípios sul-mato-grossenses de Mundo Novo, Eldorado, Iguatemi, Itaquiraí, Naviraí, Caarapó, Fátima do Sul, Dourados, Deodápolis, Ivinhema, Angélica, Nova Andradina, Bataiporã e Taquarussu, e ainda, famílias que se autodenominavam de “brasiguaios”, aquelas que haviam trabalhado em fazendas do Paraguai e que, nesse período, retornavam ao Brasil depois de passar dois anos em um acampamento na cidade de Mundo Novo. (CORTEZ, 1985, p. 05).

feliz era muito gostoso, são umas lembranças muito boas que a gente guarda, e também quando a gente ficava as mulher junto, fazendo trabalhos manuais que nós fazia, os acolchoado de saco de estopa, por que o frio era muito lá e aí a gente não podia comprar, então reuniu as mulher, e ganhamos os sacos de estopa, e aí nós fazia os acolchoado e encapava com roupas usadas, fazia as capas, foi muito gostoso, foi aí que começou as nossas reunião das mulheres foi fazendo trabalhos manuais, que era muito bom, que tanto ajudava a gente superar, a ficar ali naquele barraco e ajudava também na economia por que daí a gente tinha coberta pra se cobrir, né, e fazia crochê de cordão que desmanchava saco de batatinha, fazia os cordão e fazia crochê, fazia toalhinha, fazia bastante trabalho manual, e foi muito bom, foi muito produtivo pra nós, o movimento, pra nossa luta, pra ajudar nós a superar o sofrimento da luta, que era ne, os momento mais difícil. Então tinha muito momento bom, muito momento que a gente era feliz também junto. Muito gostoso.²⁸

Os temas de reflexão se apoiavam na leitura de textos bíblicos e evangélicos interpretados pela Teologia da Libertação na ótica da mulher, uma perspectiva que evidencia a contribuição ativa e positiva das mulheres e encontrou, no Brasil, adeptos tanto entre religiosos como laicos. Sua identidade, portanto, é formada no interior do núcleo doméstico e completada na comunidade católica conforme afirma Giuliani (2010), e como podemos perceber na fala da Gilda, liderança do Assentamento Monjolinho:

Me chamo Gilda, tenho 56 anos, sou casada já há 39 anos, e mãe de 7 filhos. Mas eu aprendi muito com o movimento. Primeiro não era movimento de mulher, era movimento das pessoas sem terra, sem nada. Que nem eu estava te dizendo ontem: eu hoje imagino a questão da minha vinda pra cidade nos anos 80, eu vim pra cidade mais meu marido e cinco criança, tudo pequenininho, o mais velho tinha 7 anos. Agora você vê, no meio de cinco, um tinha sete ano, os outros eram tudo menor. E aí eu comecei a participar da comunidade lá, participando de reunião, de missa, de culto, clube de mãe. Aí depois foi que apareceu a questão dessa discussão na comunidade, com as pessoas que participava das missas. A questão da vida na cidade, como que é tava, aí foi que a gente veio parar nos sem terra, participar das outras coisa. Mas eu tenho muita lembrança da ajuda e esclarecimento da vida que a gente levava, por que a gente tava na cidade naquela época, nos anos 80, era por causa da “voluição” que tava vindo né, que é aquilo que eu te disse, máquina de esteira, trator, essas coisa, então a gente já num achava mais lugar pra poder ficar,

²⁸ Maria de Lourdes Bissoli, 60 anos, liderança do Assentamento São Manoel. Anastácio/MS. Entrevista realizada em novembro de 2011.

era ir pra cidade. E aí no fim voltamos denovo pra... pro mato, a esse nível, por que senão nós não estaria aqui.²⁹

2.2. Gênese do movimento e primeiras tentativas de organização.

Analisando a documentação escrita que compõe o arquivo do movimento o documento mais antigo que referencia ações efetivadas pelas mulheres acampadas refere ao ano de 1984. A solicitação do dia 6 de julho daquele ano é assinada pelas “acampadas da Vila São Pedro e Campo Grande”, isso por que uma parte das famílias despejadas da Gleba Santa Idalina encontrava-se acampada provisoriamente em uma área vizinha a Igreja Católica naquele distrito de Dourados e algumas famílias estavam na Praça Ari Coelho em Campo Grande, como forma de pressionar a autoridade governamental a encaminhar soluções para a questão da terra a ser destinada para as famílias acampadas.

As mulheres iniciaram o documento fazendo pressão sobre o então governador, Wilson Barbosa Martins, a respeito de um prazo que já teria vencido. Essa pressão se deu no sentido de apressar uma solução para o impasse com relação ao destino das famílias despejadas da Gleba Santa Idalina. Alertavam sobre as más condições de vida nos barracos, principalmente para a questão da higiene e da falta de privacidade nestas instalações. A falta de alimentação, ou alimentação insuficiente também é mencionada, enfocando os problemas para mães, crianças e gestantes, informando inclusive a ocorrência de dois óbitos. Convidavam o governador, não sem uma pitada de ironia, a visitá-las. Em seguida suplicam e alegam desespero pela falta de um lugar para onde ir. É sem dúvida como mães, que elas falam. “Os seus filhos, Sr. Governador, nunca passaram fome nem frio, como passam os nossos. E os nossos filhos tem os mesmos direitos que tem os seus, por que são filhos do mesmo Pai, que é Deus. Nós mães, sabemos que o Sr. Tem condições de resolver o nosso problema, por isso envimos-lhe esta carta...”

Neste documento fica patente a utilização pelas mulheres, do discurso da maternidade como fator de legitimação da solicitação que enviaram, mas também como

²⁹Gilda Alves de Souza, 59 anos, liderança do Assentamento Monjolinho. Anastácio/MS. Entrevista realizada em novembro de 2011.

mote aglutinador para a organização política. Foi como mães em defesa de suas famílias que elas argumentavam sobre suas reivindicações. Embora seja patente a força desse argumento, por muitas vezes ele é paradoxal, pois é em nome desta mesma “maternidade” que as mulheres acabam muitas vezes sendo confinadas ao espaço privado. No caso deste estudo, a maternidade se traduziu num despertar político, que moveu as mulheres a reivindicarem condições básicas, como alimento para filhos/as. No encaminhar dessa demanda, descobrem-se como sujeitos políticos.

Figura 01: Documento. Cabeçalho do abaixo-assinado enviado pelas mulheres acampadas de Vila São Pedro e Campo Grande, ao então governador do estado de Mato Grosso do Sul, Wilson Barbosa Martins. (Julho de 1984).

Vila São Pedro, 6 de julho de 1984

Exmo. Sr. Governador !

Sr. Governador Wilson Barbosa Martins, nós mulheres, acampadas na Vila São Pedro e em Campo Grande, com muito respeito, pedimos uma solução rápida para o nosso problema.

Já venceu o prazo que o Sr. prometeu para resolver o problema da terra, e nós ainda continuamos esperando.

Nossos filhos estão doentes, por causa das condições precárias do acampamento.

As lonas são muito quentes durante o dia, e esfriam durante a noite e aí começa a pingar água em cima da gente. As condições de higiene são péssimas. Estamos todos amontoados nos barracos.

O alimento que o Sr. mandou só deu para dois dias, e além *disso* é uma alimentação fraca. As mulheres que amamentam não tem condições de alimentar os seus filhos.

Aqui no acampamento nasceram cinco crianças e ainda tem muitas gestantes. Uma gestante deu à luz a uma criança de oito meses, que faleceu em seguida. Uma outra *criança* morreu de pneumonia.

Se o Sr. quiser ter uma idéia do nosso sofrimento, venha fazer-nos uma visita no acampamento, como o Sr. fez antes das eleições em nossas cidades.

Nós mulheres lhe suplicamos, que resolva o mais breve possível o nosso problema, estamos ficando desesperadas e não temos para onde ir.

Nestes últimos 4 dias deu um vento muito forte, derrubou muitos barracos e rasgaram as lonas e ficou muita gente desabrigada.

Nós somos mulheres acostumadas no trabalho, e não somos aleijadas para ficar aqui vivendo de esmola. O que nós queremos é a terra que o Sr. prometeu, aqui no Mato Grosso do Sul, para nós plantar e colher e sustentar nossos filhos.

Os seus filhos, Sr. Governador, nunca passaram fome nem frio, como passam os nossos. E os nossos filhos tem os mesmos direitos que tem os seus, porque são filhos do mesmo Pai, que é Deus.

Nós mães, sabemos que o Sr. tem condições de resolver o nosso problema, por isso enviamos-lhe esta carta, para que o Sr. não esqueça da promessa feita a um mes atrás aqui no nosso acampamento da Vila São Pedro, através do Deputado Valter Pereira.

As acampadas da Vila São Pedro e Campo Grande

*Teruzinha P. Souza
Edileuza Pereira Garcia
Jandiraci Evangelista Marcel*

Fonte: Arquivo do Movimento de Mulheres Agricultoras/MS.

É conhecida de longa data a estratégia utilizada pelos movimentos de mulheres de ocupação do espaço público na reivindicação por alimentos e melhores condições de vida. Quando o fazem, geralmente agem em nome de toda a família, da qual são responsáveis principais, quando não exclusivas, dos deveres de cuidados. Não podemos deixar de notar a ousadia dessas mulheres quando colocam a questão da paternidade do governador, é uma situação em que vemos claramente uma inversão de posições na hierarquia de poder, chamando a responsabilidade pelos cuidados, também o “governador” enquanto “pai”.

Para a historiadora Michele Perrot (2005) a maternidade é o grande caso das mulheres, é uma fonte de identidade, o fundamento da diferença reconhecida, mesmo quando não é vivida. Sendo assim, discursos filosóficos e principalmente o religioso entendem a maternidade como algo inerente, essencial a “natureza feminina”, imutável, eterna. É a esses discursos entre outros, que faz referência Elisabeth Badinter (1981) quando afirma que:

[...] os defensores do amor materno "imutável quanto ao fundo" são evidentemente os que postulam a existência de uma natureza humana que só se modifica na "superfície". A cultura não passa de um epifenômeno. Aos seus olhos, a maternidade e o amor que a acompanha estariam inscritos desde toda a eternidade na natureza feminina. Desse ponto de vista, uma mulher é feita para ser mãe, e mais, uma boa mãe. Toda exceção à norma será necessariamente analisada em termos de exceções patológicas. A mãe indiferente é um desafio lançado à natureza, anormal por excelência. (BADINTER, 1981, p.14)

A maternidade é um momento e um estado, muito além do nascimento, pois dura toda a vida da mulher, é o seu “trabalho” por excelência, o que a define, e que define o espaço ao qual é destinada: o espaço privado. É nesse ponto que reside um grande problema para aqueles que se enveredam pelos estudos das mulheres, pois essas práticas discursivas confinaram as mulheres a este espaço invisibilizado pela a história tradicional.

O amor materno foi por tanto tempo concebido em termos de instinto que acreditamos facilmente que tal comportamento seja parte da natureza da mulher, seja qual for o tempo ou o meio que a cercam. Aos nossos olhos, toda mulher, ao se tornar mãe, encontra em si mesma todas as respostas à sua nova condição. Como se uma

atividade pré-formada, automática e necessária esperasse apenas a ocasião de se exercer. Sendo a procriação natural, imaginamos que ao fenômeno biológico e fisiológico da gravidez deve corresponder determinada atitude maternal. (BADINTER, 1981, p.19)

Para Tedeschi (2008) a argumentação que usa a “natureza” para justificar a divisão sexual do trabalho traz implícita uma diferenciação que está na formação cultural de homens e mulheres, nas representações, nas imagens que se fazem do masculino e do feminino está ligada aos afazeres domésticos, sem visibilidade, enquanto aos homens são destinadas funções mais qualificadas e mais valorizadas, aquelas do/no espaço público.

À idéia de "natureza feminina", que cada vez consigo ver menos, prefiro a de uma multiplicidade de experiências femininas, todas diferentes, embora mais ou menos submetidas aos valores sociais cuja força calculo. A diferença entre a fêmea e a mulher reside exatamente nesse "mais ou menos" de sujeição aos determinismos. A natureza não sofre tal contingência e essa originalidade nos é própria. (BADINTER, 1981, p. 15)

Nossa grande preocupação na análise do material e durante toda a elaboração deste trabalho foi ter sempre em mente que não existe uma natureza feminina, uma essência de mulher, uma “mulher de verdade”, mas sim, uma multiplicidade de experiências femininas. Por isso procuramos, ao estudar a formação do MMA/MS, levar em consideração a subjetividade das mulheres militantes em sua trajetória. Procuramos perceber de que maneira estas mulheres se apropriaram e utilizaram o discurso da maternidade para legitimar as suas demandas.

A temática da saúde conduz as mulheres a uma vasta discussão sobre os problemas da maternidade, permanece claro, entretanto, em todos os grupos, que as mulheres reivindicam direitos e não favores. Conseguem manter sua capacidade de mobilização também para questões políticas mais amplas, que saem dos temários que deram origem a sua formação. Deve-se reconhecer inclusive que as mulheres não se mobilizaram somente por demandas que lhe dizem respeito diretamente, como na fala abaixo onde temos um relato sobre as primeiras reivindicações encaminhadas pelas mulheres acampadas na Gleba Padroeira do Brasil:

E começamos já uma luta reivindicando escola, e... junto com a escola, alimentação escolar, fizemos uma luta pra conseguir isso, eh...e eles alegaram que não tinha quem fizesse a merenda escolar e... as mulheres se propuseram a fazer isso, que era pra vir os alimentos que elas mesmas iam fazer, iam revezar, cada dia, ou cada semana uma, ia lá pra fazer. E nesse tempo também, organizamos os grupos de alfabetização. Por que uma grande parte do pessoal que tava lá, era analfabeto, e nós começamos com esses grupos. Nós moramos um ano no assentamento, aí saímos e... pra trabalhar mais a nível de estado.³⁰

Entendemos, com base na fala acima, que a divisão sexual do trabalho e das responsabilidades na família confinaram as mulheres ao espaço privado, imputando-lhes como responsabilidade decorrente de um fato “natural” a obrigação de cuidados para com todos os membros da família. Marido e filhos homens ocupam o espaço público da produção, enquanto que às mães e filhas mulheres, ficam restringidas ao espaço privado.

Para analisar a trajetória do Movimento de Mulheres Agricultoras, partimos da análise do documento fonte “Concepção e Prática dos Movimentos de Mulheres-Articulação Sul”³¹ onde o próprio movimento apresenta sua trajetória histórica. O documento não é datado, mas a partir da própria periodização apresentada, podemos deduzir que sua elaboração remete ao ano de 1991. É preciso alertar que não se trata de uma classificação do movimento, nem de “encaixá-lo” em determinada categoria, mas procurar, a partir da análise desta fonte mapear a trajetória em movimento dessas mulheres em toda sua fluidez. O cruzamento com fontes orais foi fundamental nesse sentido.

Entre os anos de 1980 a 1985, segundo o documento “Concepção e prática dos movimentos de mulheres: Articulação Sul”, aconteceu o “despertar” das mulheres para os problemas sociais. Esse termo foi utilizado pelas mulheres para se referir a este período, no entanto cabe ressaltar, e mais, atentar para o fato de que este termo poderia remeter a uma cegueira total. No entanto, as mulheres do campo historicamente reivindicaram direitos, ainda que sem uma organização política tão formalizada como do MMA/MS. Estes primeiros momentos em que elas se envolveram com a política, nesse caso, se deu através de reuniões sobre saúde quando as mesmas foram incentivadas a participar das reuniões de fundação dos sindicatos de trabalhadores rurais

³⁰ Oracélia de Oliveira Kuhn, 67 anos, município de Picada Café/RS. Entrevista realizada em dezembro de 2011.

³¹ Anexos 01 e 02.

de sua localidade, ou seja, para que através de um processo de empoderamento ³², se inserissem nos espaços de poder da luta pela terra. É o que notamos na fala da Gilda, quando relata sobre a sua trajetória de militância:

A gente participava, primeiro encontro que eu disse, conheci sua mãe, a gente participou em 83...82! Alembro conforme seje hoje, a gente fez assim aquele teatro, um teatro né, o movimento da CPT, mas naquela época eu nem conhecia ninguém, bem dizer da CPT. Era só mais o padre Adriano e a Marlene. Então essas pessoas a gente conhecia onde que eles esclarecia a gente. E aí depois mais, nem fazer compra eu num fazia, por que... não sabia fazer compra. Quem fazia compra era Rael que fazia, comprava o que precisava. E aí, fazer que nem o outro, eu aprendi mesmo quando eu vim pra Padroeira do Brasil, aí foi que eu integrei mesmo na luta né, junto com ... sindicato, fiz o curso do sindicato, fiz curso de formação da coordenação estadual do movimento de mulheres agricultora, que nós fizemos parte do movimento de 5 estados, que era São Paulo, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Mato Grosso (do Sul). E aí fazer que nem o outro foi onde que foi abrindo mais os horizontes e fiquei mais sabendo das coisas, entendendo melhor como é que funcionava a questão política, como é que funcionava sindicato, essas coisa, aí, aqui, lá na Padroeira do Brasil foi onde que eu participei da chapa do sindicato, participei de chapa de associação, foi desses tipo de coisa que eu participei.³³

Podemos observar na entrevista acima que, na primeira metade dos anos 1980, a preocupação em melhorar as condições de vida funcionou como uma alavanca que mobilizou diferentes setores sociais em prol da redemocratização da sociedade brasileira. Desse contexto, que proporcionou a confluência de interesses de diversos grupos sociais, surgiu a necessidade de se repensar a divisão sexual do trabalho. A quebra do silêncio atingiu muitas vezes os alicerces das relações sociais, como afirma Giuliani:

³² Para Gohn (2011) os movimentos sociais constituem e desenvolvem o chamado *empowerment* de atores da sociedade civil organizada à medida que criam sujeitos sociais para a atuação em rede. Tanto os movimentos sociais dos anos 1980 como os atuais têm construído representações simbólicas afirmativas por meio de discursos e práticas. Criam identidades para grupos antes dispersos e desorganizados. Ao realizar essas ações, projetam em seus participantes sentimentos de pertencimento social. Aqueles que eram excluídos passam a se sentir incluídos em algum tipo de ação de um grupo ativo. (GOHN, 2011, p.336).

³³ Gilda Alves de Souza, 59 anos, liderança do Assentamento Monjolinho. Anastácio/MS. Entrevista realizada em novembro de 2011.

Grupos de mulheres conseguem penetrar nos vértices da estrutura de representação tradicionalmente ocupados por homens, embora tenham uma consistência interna muitas vezes frágil, as trabalhadoras aprenderam a expressar toda a riqueza e as potencialidades criadoras da crítica a divisão sexual do trabalho, evoluindo, em suas reivindicações, para uma clara confluência com o ideário feminista. (GIULANI *in* PRIORE, 2010, p. 645).

Na metade dos anos 1980, os sindicatos se mobilizam ao lado dos partidos políticos, da Igreja Católica, dos movimentos populares e das organizações não governamentais, buscando contribuir para a elaboração da Carta Constitucional. O mundo do trabalho sofre profundas crises de reestruturação, e as entidades sindicais mergulham no debate de uma série de novas temáticas: modernização tecnológica, reestruturação dos processos produtivos, política salarial, revisão da legislação do trabalho, transformação da agricultura face à expansão do complexo agroindustrial, a reforma agrária, como analisamos a seguir.

2.3. Estruturação do movimento e as relações de gênero.

O Movimento de Mulheres Agricultoras apresentou-se oficialmente em 1987 a partir da elaboração e aprovação de um projeto para Organização Não Governamental definindo como objetivo geral “promover a libertação integral da mulher. Conscientizá-la de seus direitos e capacitá-la para assumir seu papel dentro da sociedade como membro ativo.”³⁴ Elencaram ainda, como objetivos específicos, a realização de encontros municipais para fortalecer as comissões existentes e ampliar, promover o intercâmbio entre os municípios, para troca e experiência e ajuda mútua. Ainda, organizar as bases, formar lideranças através de cursos e material de formação, fazer divulgação do movimento e comemorar datas significativas ao movimento. Além disso, tinham como objetivo a realização de um encontro estadual anualmente.

Paola Capelinni Giuliani (2010) assinala na história das demandas formuladas pelo movimento sindical, uma ruptura que destaca o período entre 1979 e 1985. Período de crise econômica que afetou as condições de vida dos trabalhadores. As organizações sindicais tentaram intervir politicamente no sentido de restabelecer a democracia, mas questões como condições de vida e reprodução social da família

³⁴ Anexo B. Relatório do primeiro Encontro Estadual de Mulheres Agricultoras. 1986.

permaneceram em segundo plano, nesse contexto as mulheres continuaram acessando a cidadania apenas de modo indireto. Entre 1979 e 1985, as ações pela redemocratização cresceram, as práticas sindicais começaram a ser renovadas. As organizações sindicais passaram por um intenso processo de questionamento, interno e externo. Formaram-se correntes sindicais inovadoras e críticas, que começaram como “oposições sindicais” e acabaram se identificando como “sindicalismo autêntico”, ou “novo sindicalismo”. (GIULANI, 2010, p.642).

Essas organizações e movimentos ganharam rapidamente o alcance nacional, redimensionando seriamente a representatividade das instâncias sindicais, sua capacidade de mediação com o Estado e a centralidade das lutas econômicas. O frutífero diálogo entre organizações sindicais e movimentos populares, levou a importantes inovações nas formas de organização dos trabalhadores: “difunde-se o uso de abaixo-assinados, passeatas, manifestações nas comunidades, audiências e diálogos diretos com os poderes públicos, prefeituras, secretarias de administração municipal, estadual e federal” (GIULANI, 2010. p. 643). Esse contexto possibilita a confluência entre as reivindicações salariais, as exigências de mudança nas relações e práticas de trabalho e as demandas vinculadas às condições de vida.

Partimos, para as reflexões feitas a seguir, das reflexões de Maria da Glória Gohn (2011) quando afirma que “uma das premissas básicas a respeito dos movimentos sociais é: são fontes de inovação e matrizes geradoras de saberes” (GOHN, 2011, p. 333). Para a autora, no Brasil e em vários outros países da América Latina, no fim da década de 1970 e parte dos anos 1980, ficaram famosos os movimentos sociais populares articulados por grupos de oposição aos regimes militares, especialmente pelos movimentos de base cristãos, sob a inspiração da teologia da libertação. O fato inegável é que os movimentos sociais dos anos 1970/1980, no Brasil, contribuíram decisivamente, via demandas e pressões organizadas, para a conquista de vários direitos sociais que foram inscritos em leis na nova Constituição Federal de 1988. (GOHN, 2011, p. 333)

Historiar a formação do MMA/MS, neste contexto, permitiu compreender os discursos que envolveram o processo de construção identitária da “mulher trabalhadora rural” no período, perpassado pelas relações de gênero e classe, como estratégia discursiva adotada no sentido do empoderamento das mesmas para a construção da sua cidadania. A fala da Oracélia, nesse sentido, é rica em detalhes do processo de constituição do movimento e nos permitiu mapear as formas de organização

e estruturação do movimento, o modo como atuavam, as questões que discutiam e as relações que estabeleceram com outros movimentos de mulheres no decorrer desse processo. Percebemos que o foco principal do movimento foi a reivindicação de direitos.

E aí a gente... com essas lideranças já que, a gente tinha formado dentro do assentamento, nós começamos a fazer reuniões, em outros municípios, com as trabalhadoras rurais de outros municípios, em oitenta e...(...) oitenta e seis, oitenta e seis nós conseguimos fazer o primeiro encontro estadual de mulheres em caarapó, com a participação de onze municípios, e aí nesse encontro estadual, nós tiramos algumas bandeiras de luta que a gente ia levar em frente. Entre elas a gente já tinha começado a discutir, que são mais sistematicamente, a aposentadoria, o direito a licença maternidade, pras rurais, ter o título da terra, questão do melhor atendimento a saúde, a gente já tava discutindo também a questão da saúde da mulher, começamos a discutir também a questão de gênero, e... daí em diante nós... já nessa época, nós convidamos duas lideranças de Santa Catarina, pra participar nesse primeiro encontro, e a gente começou então a articular, com outros estados, onde já existia o movimento das mulheres, em 88 teve um encontro interestadual, onde então...tinha a participação das mulheres do Mato Grosso do Sul, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, São Paulo e Paraná. Aí nesse encontro também, foi tirada uma coordenação interestadual, onde nós tiramos três agricultoras do Mato Grosso do Sul, foram tiradas pra representar o estado, três trabalhadoras rurais, na época foi a Gilda, a Lourdes Bissoli e a Luzia, depois eu também comecei a participar dos encontros, a representar, como assessora das mulheres, trabalhadoras rurais [...]³⁵

Para Giulani (2010), o movimento das mulheres rurais surgiu no contexto da abertura democrática da década de 1980 e desenvolveu-se baseado em duas exigências centrais, a primeira, que as mulheres fossem admitidas nos sindicatos rurais, e que os benefícios da Previdência Social, aí incluídos a licença maternidade remunerada e a aposentadoria, na luta para que fosse extensivo também às mulheres trabalhadoras rurais. Essas exigências na verdade refletiram a crescente participação das mulheres rurais na força de trabalho agrícola, além da discriminação que essas mulheres sofriam tanto no salário quanto no acesso a sindicalização³⁶.

³⁵Oracélia de Oliveira Kuhn, 67 anos, município de Picada Café/RS. Entrevista realizada em dezembro de 2011.

³⁶Em consequência deste início de organização, por exemplo, a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Agricultura (Contag) passou a tratar das questões relativas às mulheres a partir de seu quarto congresso em 1985, quando resolveu incorporar mais mulheres em seu quadro de associados e tomar medidas que visassem o fim da discriminação contra as mulheres. Neste mesmo período a Central

Trabalhando em parceria, movimentos de mulheres rurais e o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher conseguiram chamar a atenção do Estado, como resultado de seminários, congressos e a atuação das lideranças femininas nos sindicatos e no movimento de trabalhadoras rurais, diversas propostas progressistas foram apresentadas na Constituinte de 1988, destacando-se entre elas a titulação conjunta da terra. Dentre os avanços podemos destacar: Pela primeira vez foi explicitamente declarado que as mulheres poderiam ser beneficiárias da reforma agrária; homens e mulheres trabalhadores, urbanos e rurais, tinham os mesmos direitos trabalhistas e eram também intitulados para benefícios semelhantes da Previdência Social. Na fala abaixo temos um exemplo da importância atribuída pelas militantes do MMA/MS da sua participação nesse momento histórico.

[...] nós fizemos muitas reivindicações, passeatas e pressão, e abaixo assinado, no estado, depois em Brasília também, no estado foi uma luta bastante grande por que existia uma lei que não permitia que as mulheres, que o nome das mulheres aparecesse na nota produtora, e pras mulheres terem o direito a aposentadoria, e licença maternidade, as agricultoras tinham que provar o trabalho rural, e era através da nota produtora. Então nós tivemos que fazer uma luta pra mudar essa lei. E... nós conseguimos, e aí, já na Constituição de 88 foi feita uma grande luta também pra sair na Constituição o direito a, aposentadoria e a outras reivindicações, mas e... ainda faltava... tem que lembrar o nome, por que, quando sai na Constituição não é imediatamente que começa a funcionar(ela está falando da regulamentação da lei). Nós tivemos que fazer uma outra luta, e fomos em dezesseis estados pra, pressionar pra ser aprovado, pra entrar em vigor a lei. E aí entrou, e as mulheres conseguiram, começaram então as agricultoras, pra reivindicar, pra conseguir através dos sindicatos né, os documentos, e começaram a se aposentar.³⁷

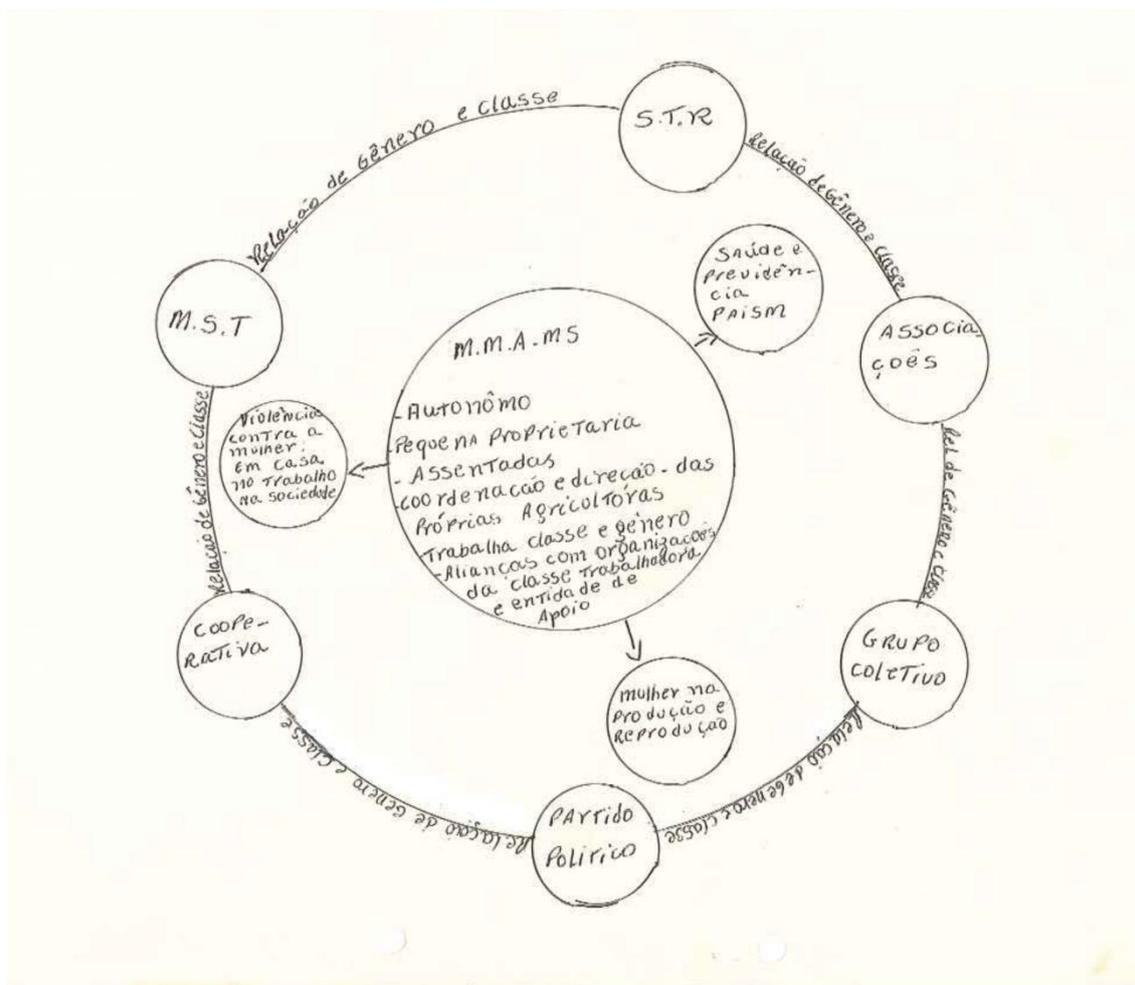
Partindo da análise do esquema representativo do campo de atuação do MMA/MS, podemos perceber como as mulheres pensaram seu campo de atuação e com quais entidades poderiam tecer alianças e executar ações conjuntas. Nessa teia as relações de gênero e classe perpassam todo o espaço de atuação do movimento. Essa questão foi problemática, no nosso entendimento, haja vista que sugeriu uma posição de

Única dos Trabalhadores (CUT), no seu segundo Congresso Nacional em 1986, organizou uma comissão formada por mulheres, denominada Comissão Nacional sobre a questão da “Mulher Trabalhadora”, para tratar questões de mulheres tanto urbanas quanto rurais. Em 1988 essa mesma comissão organizou o primeiro encontro nacional sobre “A questão da mulher”.

³⁷Oracélia de Oliveira Kuhn, 67 anos, município de Picada Café, Rio Grande do Sul, dezembro de 2011.

equivalência que na realidade não existe, pois entre os sindicalistas foi hegemônica a idéia de que com a supressão da dominação de classe, automaticamente, a dominação de gênero também seria suprimida. Esta hierarquização se tornou ainda mais problemática quando se tornou impeditiva de questionamentos políticos no âmbito das relações familiares.

Figura 02: Esquema que apresenta a rede de movimentos sociais na qual se insere o MMA/MS.



Fonte: Arquivo do Movimento de Mulheres Agricultoras/MS.

Analisando o esquema acima, ressaltamos em primeiro lugar, o uso da forma circular, que denota movimento. Ao centro, no círculo central, temos a definição de características importantes referentes ao MMA: autônomo, formado por pequenas proprietárias e assentadas, coordenado e dirigido pelas próprias agricultoras, trabalha classe e gênero além de estabelecer alianças com organizações da classe trabalhadora e

entidades de apoio. O círculo maior representa as relações de gênero e classe que perpassam o estabelecimento das referidas alianças, a que se referem em seus objetivos, ao centro. Essas alianças se estabelecem a partir das reivindicações específicas, apontadas entre os dois círculos.

As alianças com Sindicatos de Trabalhadores Rurais e Associações se dariam a partir das discussões e reivindicações referentes à saúde, previdência e o Programa de Atenção Integral à Saúde da Mulher (PAISM). Com o Movimento de Trabalhadores Rurais Sem Terra e cooperativas, o debate se daria em torno das questões de violência contra as mulheres, no trabalho e na sociedade. Com partidos políticos e grupos coletivos, pretenderam articular-se a partir de questões relativas a mulheres na produção e reprodução. Entendemos que este esquema representou as estratégias políticas das mulheres para articularem uma rede de diferentes movimentos sociais em torno das reivindicações específicas das mulheres agricultoras que constituíram o MMA. Entendemos que, a partir da análise de Giuliani (2010), este esquema é representativo de que:

Nesse cenário as mulheres perceberam que deveriam vencer dois novos desafios: no nível prático, deveriam atuar nos espaços do sindicato, da empresa, da família; no nível político e cultural, deveriam defender mudanças no âmbito das relações interpessoais e de gênero que são bastante diferentes nos três espaços. (GIULANI *in* PRIORE, 2010, p.654).

Entretanto, esse não foi um processo tranquilo, em muitos casos, mesmo quando foi reconhecida a importância da mulher, mesmo quando foi reconhecida como militante ativa, afirma Giuliani (2010), sua candidatura nas diretorias dos sindicatos foi discutida como um acontecimento impróprio que extrapola as atribuições naturais das mulheres. Foi como se sua inclusão na representação política fosse um passo além dos limites de suas responsabilidades doméstico-familiares e invadisse um território considerado ainda dos homens.

Silêncio, aquela “torcidinha de nariz” por que foi uma mulher que tomou a palavra, sutis fios de discriminação que fazem parte dos códigos sociais, em reação, procuram promover renovações da cultura sindical e novas posturas na maneira de fazer política. (GIULANI *in* PRIORE, 2010, p.655).

Até que se conseguisse abordar de maneira efetiva a questão dos direitos da mulher à terra, muitas mudanças tiveram de ser construídas. Nesta construção, ressaltam Deere e De Leon (2002), foi de grande importância o surgimento da “segunda onda” do movimento feminista, internacionalmente, e o crescimento e a consolidação dos movimentos de mulheres nacionais e locais na América Latina. O surgimento e a consolidação dos movimentos de mulheres coincidiram com o surgimento do modelo neoliberal de desenvolvimento na década de 1980.

2.4. Autonomia do movimento e empoderamento das mulheres.

No final dos anos oitenta o Movimento de Mulheres Agricultoras do Mato Grosso do Sul construiu leituras sobre o entendimento da categoria “mulher trabalhadora” como um aspecto fundamental de empoderamento dos movimentos. Esse empoderamento pela identidade foi usado como estratégia, desenvolvido pelas mulheres na sua atuação como lideranças políticas dentro do contexto da luta pela terra, nas relações que estabeleceram com outros movimentos sociais, mobilizações entorno do projeto da Reforma Agrária, e na articulação política para interferência na Constituinte (1988), o chamado *lobby do batom*³⁸.

O estudo da perspectiva do empoderamento em uma visão crítica e contextualizada, procurando atentar para seus paradoxos e controvérsias, aparece no nosso trabalho no bojo da contextualização histórica em que está inserido o processo de constituição do Movimento de Mulheres Agricultoras. Esse conceito, acreditamos, permite mapear os pontos por onde passaram muitas estratégias políticas elaboradas pelas mulheres líderes do MMA/MS. No movimento que empreenderam buscaram fortalecer e garantir a sua autonomia enquanto sujeitos políticos.

O conceito de empoderamento³⁹, a partir das reflexões de Deere e De Leon (2002), aparece, historicamente, como uma estratégia conquistada por mulheres do “Terceiro Mundo” para mudar as próprias vidas, ao mesmo tempo em que isso geraria

³⁸ Lobby do batom é a expressão utilizada para designar o movimento político de parlamentares mulheres para a inclusão de direitos das mulheres no processo Constituinte de 1988.

³⁹ A respeito do conceito de empoderamento e a discussão sobre o seu surgimento dentro do movimento de mulheres, o texto mais citado tem sido o de Gita Sen e Caren Grown (1988) “Desenvolvimento, crise e enfoques alternativos: perspectivas da Mulher no Terceiro Mundo”, preparado em conjunto com um grupo de ativistas e acadêmicas feministas para a Terceira Conferência sobre a Mulher da ONU em Nairobi (1985).

um processo de transformação social, o principal objetivo do movimento de mulheres. A fala da Cleuza, no nosso entendimento, foi altamente representativa desse processo de empoderamento, e a sua fala adquiriu cores vivas quando falou sobre a sua trajetória de militância no MMA/MS e a luta por direitos empreendida nessa trajetória:

Que... nesse movimento eu me sentia assim, uma guerreira, sempre achava assim que a mulher era muito submissa, só que era difícil a gente sozinha, daí ia encontrando as companheiras(...)fico mais forte pra gente lutar, pelos direitos, direito do trabalhador rural, direito das mulher(...)fiquei acampada quatro ano, aí consegui a terra, mudei pro sítio no ano de 90, e a luta continuou...e lutando pelos direitos, lutando pelo salário igual, de homem e de mulher, direito de ser reconhecida como trabalhadora rural, direito à aposentadoria, salário maternidade. Aprendi muito, tinha pouco conhecimento, aprendi muita coisa no movimento, foi muito bom, me ajudou na educação dos filho, acabei de criar os filho daí, já participando. Hoje já estou aposentada, meia cansada já mas não desisti da luta não, não participo assim diretamente mas, onde eu ando eu falo do movimento, eu falo da luta, eu falo dos direito.⁴⁰

Partindo das reflexões de Michelle Perrot (2005), temos que a relação das mulheres com o poder, inscreve-se primeiramente no jogo das palavras, na polissemia do termo, que no singular refere à conotação tradicional de política, centrada na figura do Estado e supostamente masculina, já no plural refere a uma posição teórica que o compreende enquanto “influências” difusas e periféricas, onde se encontrariam os “poderes” das mulheres.

Segundo a historiadora francesa, a pesquisa acadêmica contribuiu para a reavaliação do poder das mulheres, buscando superar o discurso miserabilista da opressão, subverter o ponto de vista da dominação através da visibilidade dada à ação das mulheres. E assim, ao abordarmos a invisibilidade a partir das memórias das mulheres sobre sua luta em busca de direitos, buscamos uma superação de um reforço inútil das oposições, como masculino e feminino, privilegiando os aspectos relacionais entre homens e mulheres, tendo sempre em vista as especificidades envolvidas nessas relações. (PERROT, 2005)

Mulheres diferentes participaram do processo de elaboração da Constituição de 1988. Essa nova carta deveria contribuir para ampliar a cidadania social também para

⁴⁰Cleuza de Souza Oliveira, 58 anos, liderança do Assentamento Monjolinho. Anastácio/MS. Entrevista realizada em novembro de 2011.

as mulheres, mas ao final continuou existindo uma enorme distância entre as demandas de cidadania e a redação conclusiva do documento. (Deere e De Leon, 2002, p. 115).

Em seu texto, conforme Deere e De Leon (2002) foram definidos vários direitos relativos às condições de trabalho, assim como foram contemplados novos direitos em áreas em que o mundo do trabalho e as condições de vida estão diretamente ligados: é ampliado o tempo de licença maternidade; é introduzida a licença paternidade; são fixados limites diferentes de idade para a aposentadoria dos homens e das mulheres; é reconhecido o direito de chefe de família também à mulher; é instituída a reciprocidade no casamento e a igualdade entre mulher e homem; é dado às mulheres do campo o direito de registrar no seu nome os títulos de propriedade da terra.

As causas da desigualdade, apontadas por Saraceno (1995) foram regras sociais que governavam a transmissão de bens produtivos, ou seja, a construção social de masculinidade e feminilidade em que os homens são definidos como produtores e principais ganhadores de renda e as mulheres como donas-de-casa dependentes⁴¹.

Pudemos notar na documentação analisada, e nas falas das mulheres a grande preocupação do Movimento de Mulheres Agricultoras em forjar e fortalecer entre as mulheres a identidade da “trabalhadora rural” como forma de afirmar e legitimar o acesso a direitos específicos. Entendemos que esse processo é rico em elementos simbólicos ligados a construção da diferença entre masculino e feminino como fundamental na forma como homens e mulheres se posicionam no mundo e estabelecem suas relações. Na fala da Cleuza, podemos perceber a grande importância atribuída pelas mulheres à sua trajetória de militância. Quando perguntadas sobre as mudanças decorrentes dessa experiência, os olhos muitas vezes adquiriam um brilho mais forte, e as falas muitas vezes eram antecedidas de um longo suspiro, ou de uma exclamação:

⁴¹Para Chiara Saraceno, o casamento contemporâneo, e o espaço das mulheres dentro dele, se encontra frente a um impasse: na medida em que as mulheres como esposas e mães continuam a ser definidas e definir-se como responsáveis pelos trabalhos e cuidados familiares e inversamente os homens continuam a ser definidos como ausentes e não-responsáveis em relação a esses mesmos trabalhos. A questão da ocupação feminina neste contexto aparece como novidade e às vezes como problema, enquanto a ausência de reciprocidade masculina continuará a não ser interrogada: “a ocupação feminina é que deverá adaptar-se não só as necessidades familiares de cuidados, mas também as necessidades da identidade masculina”. O grande paradoxo da dependência feminina, com efeito, consiste no fato de que as mulheres “dependentes” são tais por que outros dependem delas. (SARACENO, C. A dependência construída e a interdependência negada. Estruturas de gênero da cidadania. In: BONACCHI, G. e GROPPI, A.(orgs.) *O dilema da cidadania. Direitos e deveres das mulheres*).

Elisa: O que você acha que mudou a sua vida por ter participado do movimento?

Cleuza: Ah, mudou. Mudou o jeito de viver, o jeito de ser. A gente se sentia assim oprimida, achava que mulher e não tinha direito de resolver negócio, que os homem que decidia. Aí mudou muito! Eu entendi muito isso, que mulher não é só pra ficar lavando, passando e cozinhando. Entendi que mulher tem que ir a luta, ter o salário dela, o trabalho dela, que o nome tem que aparecer na nota produtora.⁴²

Na parte final da fala da Cleuza, ela afirma, na sua trajetória de militância, entendeu que “mulher tem que ir a luta, ter o salário dela, o trabalho dela, que o nome tem que aparecer na nota produtora”, isso denota, no nosso entendimento, uma grande importância atribuída pelas militantes do MMA/MS à sua luta pela aquisição de direitos. A necessidade de mulheres rurais, para Deere (2004), especialmente aquelas em regime de agricultura familiar, declararem que sua profissão era de mulher trabalhadora rural também foi discutida, tanto como meio de levantar sua consciência, como para facilitar sua incorporação nos sindicatos e ter acesso a benefícios de previdência social. (DEERE, 2004, p. 181).

No sentido de alterar estas condições podemos destacar a campanha realizada pelas trabalhadoras rurais de todo o país por ocasião do Censo Demográfico de 1991: “Trabalhadora Rural Declare Sua Profissão”⁴³. A campanha, de âmbito nacional, incentivou as mulheres a declararem como profissão, “trabalhadora rural”, e não “dona de casa”. Essa mobilização, para Giuliani (2010), foi o resultado da compreensão de que as estatísticas nacionais sempre tinham subestimado a participação ativa das mulheres, produzindo uma visão simplificada, quando não errônea, de todas as atividades por elas desempenhadas no lar e fora dele. Seu objetivo explícito foi corrigir os critérios da contabilidade nacional no sentido de adequá-los a identidade emergente das mulheres trabalhadoras rurais.

Nos anos 1990 após documentar com estatísticas a disparidade entre o substantivo aumento de mulheres associadas e sua reduzida participação nas instâncias de direção, elas reivindicam uma maior participação de mulheres na formação sindical. Apesar de estarem relegadas a tarefas auxiliares e submetidas a uma estratificação hierarquizada, as sindicalistas sabem crescer politicamente nas

⁴²Cleuza de Souza Oliveira, 58 anos, liderança do Assentamento Monjolinho. Anastácio novembro de 2011.

⁴³ Anexo C. Panfleto da campanha “Trabalhador e trabalhadora rural, no censo da população 1991, declarem sua profissão”.

entidades. Assim as trabalhadoras dirigentes desenvolvem uma capacidade própria para transmitir orientações a sua categoria. (GIULANI, 2010, p.661).

Nas diretorias, afirma Giuliani (2010), as mulheres desenvolvem um estilo próprio de trabalho sindical, incentivadas pela percepção de que seu sucesso é um contínuo desafio pessoal, um esforço muito solitário, sustentado, sobretudo, pelo interesse em não decepcionar os que as elegeram e pela persistente preocupação de ter de demonstrar a seus concorrentes, os homens, que são competentes e, portanto, legítimas em seus cargos. O mecanismo de quotas não garante o equilíbrio numérico. As trabalhadoras também passam a valorizar as normas e as leis como meios capazes de reequilibrar a participação de homens e mulheres nas diferentes esferas da vida social. (GIULANI, 2010, p.662).

O que é importante registrar não é tanto o aumento quantitativo das plataformas de luta, mas a inauguração de um novo modelo que articula as condições de produção e as modalidades de vida. É justamente na confluência entre herança histórica do sindicalismo e as lutas pela melhoria das condições de vida que se começa a perceber que a população trabalhadora engloba ambos os sexos, cada um com responsabilidades diferentes no seio da família. (GIULANI, 2010, pag. 644).

As desigualdades sociais, de acordo com Deere e De Leon (2002), envolvem o gênero na posse de terra na América Latina, e pode ser atribuída a família, à comunidade, ao Estado e ao mercado, segundo as autoras. Para elas, essa desigualdade seria devida a preferência masculina na herança e no casamento, a preconceitos masculinos em programas estatais de distribuição de terras e a desigualdade entre gêneros no mercado de terras, onde a mulher tem menos probabilidade de ser compradora do que o homem.

Os mecanismos de exclusão da mulher dos direitos de propriedade têm sido culturais, estruturais e institucionais. São inter-relacionados e têm como base ideologias patriarcais fundadas em construções de masculinidade e feminilidade e na divisão de trabalho “adequada” entre as esferas pública e privada e dentro destas. (DEERE e DE LÉON, 2002. p.30).

Dentre estes mecanismos, destacou-se o caso das reformas agrárias latino-americanas, apresentado por Deere e De Leon (2002), onde pressupunha-se que ao beneficiar os homens chefes de família, todos os membros da família também seriam beneficiados. Esta prática, apoiada pelos códigos civis, também era apoiada por uma divisão de trabalho por gênero, em que o homem era socialmente reconhecido como agricultor e a mulher era considerada apenas como “ajudante”, ainda que dedicasse muitas horas nestas atividades. No sentido de obter a igualdade entre homens e mulheres, requer-se uma transformação no acesso da mulher tanto aos bens quanto ao poder, transformação essa que depende de um processo de empoderamento da mulher, conforme Deere e De Leon (2002).

Ao mesmo tempo o empoderamento das mulheres, conforme Deere e De Leon (2002), transforma as relações de gênero e é, portanto, uma pré-condição para a obtenção da igualdade entre homens e mulheres. Embora tenha sido usada em múltiplos sentidos, implícita nos diferentes usos da palavra está a noção de pessoas obtendo poder sobre as próprias vidas e definindo o próprio planejamento; é geralmente associado aos interesses dos “desprovidos” de poder, e pressupõe-se que seja uma expressão de mudança desejada, sem especificação de o que esta mudança implica. (DEERE E DE LEON, 2002, p. 180).

CAPÍTULO 3

MEMÓRIAS DO MOVIMENTO: AÇÕES, CONFLITOS, AMBIVALÊNCIAS E PODER

3.1. Memórias de mulheres líderes do Movimento de Mulheres Agricultoras do Mato Grosso do Sul

A lembrança é a sobrevivência do passado. O passado, conservando-se no espírito de cada ser humano, aflora à consciência na forma de imagens-lembrança. (Ecléa Bosi, 1994)

Partindo das reflexões de Ecléa Bosi (1994, p.31), entendemos, em concordância com ela, que o modo de lembrar é individual, tanto quanto é social: o grupo transmite, retém, reforça as lembranças, mas o recordador, ao trabalhá-las, vai paulatinamente individualizando a memória comunitária e, no que lembra e no como lembra, faz com que fique o que signifique. Nosso interesse esteve focado no que foi lembrado, no que foi escolhido por elas para perpetuar-se na história de sua participação no MMA/MS.

Durante a pesquisa fomos ao mesmo tempo sujeito e objeto. As memórias contadas oralmente foram transcritas tal como colhidas no fluxo de suas vozes. Procuramos alterar o mínimo possível as falas das mulheres, corrigindo apenas alguns erros, sem, no entanto, encaixar as falas na norma culta, sob o risco de interferir no seu conteúdo e perdendo as nuances e particularidades do modo de falar das agricultoras. Expressões foram mantidas, assim como as pausas e os silêncios assinalados por reticências.

Neste último capítulo, procuramos, a partir das falas das lideranças, focar a pluralidade de representações que cada uma delas construiu sobre o seu trabalho na roça e as principais lembranças do tempo de atuação como liderança no movimento social. Tomamos como fonte principal, as entrevistas transcritas, procurando recortar idéias completas. Portanto, em muitos trechos, onde indicamos nomes antes da fala, estamos indicando a pergunta feita e a resposta dada. Esse tipo de análise, no nosso entendimento, permitiu perceber que existem muitas diferenças nas construções discursivas de cada uma delas.

O enfoque diferenciado de cada uma destas falas nos mostrou, em pequenas sutilezas, conflitos e ambivalências as representações de gênero presentes nos relatos que nos fizeram sobre sua participação no MMA/MS. Procuramos desta forma, perceber os valores, as impressões pessoais, as representações que cada uma delas construiu sobre o que seja “trabalho de mulher” e o que seja “ser mulher”, para cada uma delas. O

nosso grande esforço foi no sentido de perceber de que maneira cada uma delas pensa a sua participação no movimento, e nesse processo, perceber as representações que elas expressam sobre o que pensam que seja “ser mulher”, de uma maneira particular. Esta opção metodológica decorre do entendimento de que não exista uma “mulher” ideal, mas mulheres, plurais em suas infinitas diferenças, são essas diferenças que pretendemos enfocar.

Desde o início procuramos deixar muito claro que o foco da nossa pesquisa eram elas, as mulheres lideranças do MMA/MS, e que por mais que o tema das entrevistas fosse a trajetória de militância no movimento social, nosso maior interesse esteve nas subjetividades presentes nas suas falas. O relacionamento de confiança, já estabelecido em período anterior à realização da pesquisa foi de fundamental importância para a realização das entrevistas e do trabalho de campo, assim como a participação no encontro anual das lideranças, no ano de 2011.⁴⁴

Foi em conversas, entabuladas durante a execução das tarefas diárias dessas mulheres, que muitas questões importantes ficaram mais claras. Frequentemente, as mais vivas recordações afluíam depois da entrevista, na hora do cafezinho, no chimarrão no final da tarde, nos comentários sobre as novelas... Muitas passagens não foram registradas, foram contadas em confiança, como confidências, “continuando a escutar ouviríamos outro tanto e ainda mais. Lembrança puxa lembrança e seria preciso um escutador infinito” (BOSI, 1994, p. 39), portanto os recortes foram inevitáveis.

A memória permite a relação do corpo presente com o passado e, ao mesmo tempo, interfere no processo “atual” das representações. Pela memória, o passado não só vem a tona das águas presentes, misturando-se com as percepções imediatas, como também empurra, “desloca” estas últimas, ocupando o espaço todo da consciência. A memória aparece como força subjetiva ao mesmo tempo profunda e ativa, latente e penetrante, oculta e invasora. (BOSI, 1994, p. 47)

As entrevistas foram realizadas no ano de 2011, nas residências das entrevistadas, o que propiciou um contato direto com a cotidianidade dessas mulheres, onde pudemos observar de forma participante das atividades desenvolvidas pelas mesmas no dia a dia. Considero que esta experiência, no contexto do trabalho, tornou a compreensão da sua cotidianidade de forma mais profunda. Para a realização das

⁴⁴ A relação de confiança existia anteriormente ao início da pesquisa, devido ao histórico familiar, em que meus pais atuaram como assessores de movimentos sociais, no caso o Movimento de Mulheres Agricultoras do Mato Grosso do Sul.

entrevistas, foi solicitado que cada uma delas falasse sobre suas principais lembranças do tempo de militância, sobre seu cotidiano de trabalho na época, procurando desta forma, não induzir respostas. Procuramos, em todas as ocasiões, deixá-las muito a vontade para falar sobre esse período de suas vidas.

3.2. Lembranças de um tempo de luta: as falas das mulheres

Ao ouvirmos as mulheres líderes do MMA/MS, nos reportamos às relações entre memória e história a partir da questão dos “tempos”, matéria fundamental da história, partindo das reflexões de Le Goff (1992), o tempo histórico encontra, num nível muito sofisticado, o velho tempo da memória, que atravessa a história e o alimenta. O historiador afirma ainda, que a oposição presente/passado não é um dado natural, mas sim uma construção, e ainda, expõe a constatação de que a visão do “mesmo passado” muda segundo as épocas e que o historiador está submetido ao tempo em que vive: o passado seria “atingido” a partir do presente.

Nas falas, as lembranças do tempo passado se mesclavam com impressões sobre o tempo presente, e principalmente, a emissão de opiniões a respeito das diferenças sócio-culturais-econômicas de cada época. Para o historiador francês Jacques Le Goff (1992), a memória como propriedade de conservar certas informações remeteria, primeiramente, a um conjunto de funções psíquicas, graças às quais os seres humanos podem atualizar impressões ou informações passadas, ou que ele *representa* como passadas.

Entendemos que não existe uma maneira certa ou uma receita pronta para a utilização da história oral como metodologia. Entendemos que esse foi um caminho que se fez na caminhada. Procuramos ao longo da pesquisa, manter um diálogo aberto com as mulheres, e não impor uma metodologia fechada. Não obstante, foi possível elencar alguns pontos que nos orientaram na preparação das entrevistas: foi de fundamental importância o estabelecimento de uma relação de proximidade, o que demandou um período grande de adaptação ao ritmo da casa das entrevistadas. Procuramos principalmente ouvir e de fazer perguntas abertas que evitassem a indução a respostas. Procuramos ficar atentos no sentido de refrear os impulsos de interromper as falas, permitindo um bom período de silêncio, antes de introduzir uma nova pergunta. Foi de fundamental importância permitir as pausas e silêncios, pois eles são reveladores das

emoções sentidas durante a conversa. Evitamos ao máximo ser inquisitivos e minimizar a presença do gravador, entretanto, não há como negar, ele intimidou. Quando esse intimidamento afetou na realização da entrevista, procuramos auxílio nas anotações de campo. Além disso, foi necessário sensibilidade para perceber o melhor método para circunstâncias e culturas particulares.

A partir das orientações da metodologia da História Oral, realizamos entrevistas temáticas semi-estruturadas, ocasião quando solicitamos às mulheres que, de uma forma muito livre, nos falassem sobre suas trajetórias de militância no MMA/MS. Procuramos deixá-las muito à vontade, para direcionarem as lembranças para os aspectos que elas considerassem mais significativos.

Para o tratamento das fontes orais, utilizamos uma abordagem qualitativa de entrevistas gravadas e transcritas com o grupo de sete mulheres que fizeram parte da coordenação estadual do MMA/MS e que desde a sua autodissolução em 1994 encontram-se uma vez por ano. Este fato para nós é muito significativo⁴⁵ de que no processo de enfrentamento dos problemas em comum construíram-se laços muito sólidos que unem essas mulheres até hoje. Enquanto metodologia, entendemos que seu uso foi um poderoso instrumento para a descoberta, exploração e avaliação da memória histórica, ou seja, as representações construídas e reelaboradas pelas mulheres militantes na sua trajetória no movimento social em questão.

As falas dessas mulheres, que lutaram por autonomia e igualdade de direitos nos revelou que existiu uma pluralidade de entendimentos e interpretações quanto ao sentido da trajetória de cada uma delas no movimento. Percebemos que as mulheres, mesmo as mais atuantes durante a luta pela terra e no MMA/MS, em algum momento, foram alçadas pelas armadilhas da família e das representações tradicionais de gênero, com destaque para aquelas que perpassam o discurso do amor sacrificial da “mãe”. A questão da maternidade foi um tema que se destacou de forma emblemática. Tema recorrente nas falas da maioria das lideranças, a fala da Oracélia:

⁴⁵ Desde a autodissolução do MMA/MS em 1994, as lideranças se encontram uma vez por ano, cada vez na casa de uma das lideranças. Nesses encontros elas fazem exercícios físicos leves, como alongamentos, falam sobre sua vida pessoal no último ano, discutem as principais questões políticas da atualidade. Conforme o observado, no segundo dia é realizada uma celebração, com almoço comum. A noite é feita uma outra celebração em que trocam presentes, e ao final, cada participante assina um retalho de tecido que é costurado juntamente com os outros, formando um mosaico de assinaturas. Ritos de celebração e materialização da memória, na forma de objetos que representam as lembranças deste momentos, tão valorizados por todas elas, como pudemos perceber em muitas entrevistas.

E, eu acho que, mudou a minha vida, mudou a vida de todo mundo, e todas nós enfrentamos muita dificuldade, por que todas nós tínhamos filhos, por que nessa época já tinha nascido o Tomaz também, o segundo filho, a gente não tinha muitas condições de pagar alguém pra cuidar, e... no lugar onde a gente morava não tinha onde deixar também, a gente tinha que pedir favor pros vizinhos, por que não tinha quem... a gente saía... e todo mundo muito preocupado, por que tinha deixado os filhos em casa, e toda essa... essa culpa que ... as mulheres carregam né, de ...de não estar, naquela formação de que a gente tem que ser mãe, tem que se dedicar inteiramente a família, e de repente a gente tem que deixar, a casa e os filhos. Mesmo discutindo isso, e achando que era só dessa maneira que, se a gente não sáisse, não fosse lá fora, não brigasse pelos direitos que, nunca ia acontecer, mesmo assim a gente... não... ninguém se sentia bem.⁴⁶

Percebemos na fala acima, limitações das leituras de gênero efetuadas pelas militantes do movimento. O que nos pareceu, nesse trecho da entrevista foi que, mesmo discutindo e questionando internamente as questões relativas à divisão das tarefas dentro do casal, referentes tanto aos cuidados da casa como a criação dos filhos, não se desvencilharam totalmente do sentimento de obrigação, enquanto mães, de prestar os cuidados de assistência à família. A expressão do sentimento de culpa denotou, no nosso entendimento, o sentimento de abandono dos deveres persistiu, fazendo com que as mulheres não se sentissem bem ao deixar os filhos em casa para participar de manifestações e reuniões, atividades da militância no movimento social.

Para a análise desse tema, partimos das reflexões de Maurice Halbwachs (2006) sobre as memórias. Para ele, cada memória individual seria um ponto de vista sobre a memória coletiva. Nossos deslocamentos alteram esse ponto de vista: pertencer a novos grupos nos faz evocar lembranças significativas para este presente sob a luz explicativa que convém a ação atual.

O que nos parece unidade é múltiplo. Para localizar uma lembrança não basta um fio de Ariadne; é preciso desenrolar fios e meadas diversas, pois ela é um ponto de encontro de vários caminhos, é um ponto complexo de convergência dos muitos planos do nosso passado. A memória, nesse sentido, seria o “lado subjetivo de nosso conhecimento das coisas”. (HALBWACHS, 2006, p. 69)

Para Bosi (1994), é preciso estar sempre confrontando, comunicando e recebendo impressões para que nossas lembranças ganhem consistência. A situação que ela utiliza para ilustrar esse processo, passa por imaginar-se um arqueólogo querendo

⁴⁶Oracélia de Oliveira Kuhn, 67 anos, Assessora do MMA/MS. Picada Café/RS. Entrevista realizada em dezembro de 2011.

reconstituir, a partir de fragmentos pequenos, um vaso antigo. Na sua opinião seria preciso mais que cuidado e atenção com esses cacos; seria preciso compreender o sentido que o vaso tinha para o povo a quem pertenceu. A que função servia na vida daquelas pessoas? Teríamos que penetrar nas noções que as orientavam, fazer um reconhecimento de suas necessidades, ouvir o que já não é audível. Foi o sentido que procuramos dar para o tratamento das fontes orais na escrita desse trabalho. A análise da linguagem adquiriu, em consequência, extrema importância, no sentido em que:

A maneira de falar das mulheres pela/na linguagem, com marcas culturais nos reforça a idéia de que o instrumento decisivamente socializador da memória é a linguagem. Ela reduz, unifica e aproxima no mesmo espaço histórico e cultural a imagem do sonho, a imagem lembrada e as imagens da vigília atual. Os dados coletivos que a língua sempre traz em si entram até mesmo no sonho. De resto as imagens do sonho não são, embora pareçam, criações puramente individuais. “São representações, ou símbolos sugeridos pelas situações vividas em grupo pelo sonhador: cuidados, desejos, tensões...”. (BOSI, 1994, p.223).

Na análise de Ecléa Bosi (1994) do modo pelo qual vai se formando a “reconstrução do passado”, a situação tomada como referência é o exemplo da releitura que o adulto faz de um livro de narrativas lido já distante na juventude. Para ela, parece que estamos lendo um livro novo ou, pelo menos, um livro remanejado em duas direções: em primeiro lugar por que só agora reparamos em certas passagens, certas palavras, certos tipos, certos detalhes de ambientação que nos tinham escapado na leitura inicial; o nosso espírito, hoje, mais atento à verossimilhança da narrativa e à estrutura psicológica das personagens, move-se em uma direção crítica e cultural que, evidentemente, não podia entrar nos quadros mentais da primeira leitura. Em segundo lugar, o livro nos parece novo, ou remanejado em um sentido oposto: passagens que nos tinham impressionado ou comovido perderam, nessa outra leitura, muito do seu poder sugestivo, despojando-se, portanto, do prestígio que as circundava então.

3.2.1. Lembranças de uma vida sem direitos

Agora a nova sociedade que tá formando é que eu não conformedo muito. Mas, foi uma luta de liberdade, que eu não sei até aonde vai. Mas que tá ficando, tão esquisito. Eu acho que tá. Principalmente... na questão de... valorizar a própria mulher, por que poucas mulheres hoje, se valoriza. Se tornou mais, acho que, objeto de fantasia, de uso. Eu pra mim é uma coisa que é livre e espontânea vontade, tem tantas mulheres aí que quer aí, se mostrar, que nem essas que vão aí pra televisão, vão não sei pra onde, pra show, essas coisa. Se mostrando como objeto, eu pra mim é como objeto, eu enxergo dessa forma. Não como uma coisa de valor mas, assim, um objeto de ganhar dinheiro. Que nem eu vejo aí na televisão: Mas que mulher, parece que é mais burra que eu no passado. É! Por causa que essas mulher que se apresenta, mulher morango, melão, mulher não sei o que, não tá vendo que essa mulher ta sendo o que mesmo? Objeto de uso não é? Mas o que importa pra elas é o que? É valor de mulher ou dinheiro? Dinheiro, o dinheiro ta falando bem mais alto.⁴⁷

A fala da Gilda, no nosso entendimento, ilustra de maneira muito significativa esse modo pelo qual fazemos a releitura do passado com as lentes do nosso presente, ela, ao lembrar as lutas do passado, acaba por emitir juízos de valor a questões contemporâneas. O historiador francês Jacques Le Goff (1992) considera como ato mnemônico fundamental o “comportamento narrativo”, que se caracteriza, antes de mais nada, pela sua função social, pois que é comunicação a outrem de uma informação, na ausência do acontecimento ou do objeto que constitui seu motivo. Falar ou escrever suas memórias permitiria armazená-las, seja nos “outros”, seja nas bibliotecas, arquivos e centros de documentação. Na sua opinião, a noção de memória tem se alargado com a inserção de novas tecnologias, e sobre os estudos da memória social acrescenta:

O estudo da memória social é um dos meios fundamentais de abordar os problemas do tempo e da história, relativamente aos quais a memória está ora em retraimento, ora em transbordamento. (LE GOFF, 1992, p. 426).

O autor, utilizando a definição de Pierre Nora de memória coletiva, qual seja: “o que fica no passado do vivido dos grupos, ou o que os grupos fazem do passado”, afirma que, até então, história e memória se confundiam, e que a história teria

⁴⁷ Gilda Alves de Souza, 59 anos, liderança do Assentamento Monjolinho. Anastácio. Entrevista realizada em novembro de 2011.

se desenvolvido sobre o modelo da “memorização, da anamnese e da memorização” e que a “Nova História” que então propunha, se esforçava para criar uma história científica a partir da memória coletiva. Essa “Nova História” fermentaria a partir do estudo dos lugares da memória coletiva. Esta memória coletiva constitui, em parte, o seu saber com os instrumentos tradicionais, mas diferentemente concebidos. Para o desenvolvimento do projeto definimos como principal instrumento de acesso às representações da memória, a fala. Por isso nossa opção pelo uso da metodologia da História Oral, essa opção se justificou pelo fato de que, como afirma Joutárd:

O oral nos revela o “indescritível”, toda uma série de realidades que raramente aparecem nos documentos escritos, seja por que são consideradas “muito insignificantes”, o mundo da cotidianidade, seja inconfessáveis, ou por que são impossíveis de transmitir pela escrita. (JOUTÁRD in FERREIRA [et al...(orgs)], 2000,p. 33).

Buscando fortalecer esse tipo de metodologia na pesquisa histórica, partimos de um ponto de vista que busca reconhecer seus limites e, até, fazer deles uma força. A “fraqueza” imputada trata-se da fraqueza da própria memória, da “sua formidável capacidade de esquecer, que pode variar em função do tempo presente” suas deformações e seus equívocos, acompanhando as orientações de Joutárd (2000), quando se refere ao caráter seletivo da memória:

Tais omissões, voluntárias ou não, suas deformações, suas lendas e os mitos que elas veiculam, são tão úteis para o historiador quanto as informações que se verificaram exatas. Elas nos introduzem no cerne das representações da realidade que cada um de nós faz e são evidência de que agimos muito mais em função dessas representações do real do que do próprio real. (JOUTÁRD in FERREIRA [et al...(orgs)], 2000, p. 33).

Foi justamente essas omissões, deformações da memória que procuramos enfocar. Procuramos ressaltar, na análise das entrevistas realizadas, as grandes diferenças entre as falas de cada uma das mulheres, tanto no que se refere ao tema, quanto a referências contraditórias, ou quando havia contradições quanto ao mesmo acontecimento. Com isso procuramos perceber as suas representações da realidade, e os valores expressos nesse processo.

Para essas mulheres, em muitos casos, ser mãe significou enfrentar dificuldades de todos os tipos. A “mulher-mãe” apareceu como um ideal, uma espécie de heroína que tudo suportou, o risco eminente de perder os filhos apareceu de forma clara nas falas, principalmente daquelas que enfrentaram a situação de acampamento. As memórias nesse caso se enchem de pequenos detalhes, onde podemos perceber sutilezas desta construção histórica. As fortes emoções vividas no período fizeram com que as lembranças aflorassem de forma detalhada. As lágrimas, o silêncio e a fala embargada, revelaram o medo que sentiram e das situações precárias de saúde que vivenciaram, principalmente nas falas da Lourdes:

Aí levou a gente lá no hospital, e ele já tava com uma semana que ele não comia, que ele não bebia aquela água do acampamento, por que nós tinha que beber uma água que os peão da fazenda do Levi Dias tomava banho pra cima só pra gente pegar aquela água suja deles mesmo, por que era água do banhado que a gente tinha que pegar, não tinha água pra beber, daí eu esperava chegar um caminhão de mudança lá da Vila São Pedro, e eu corria lá pedir água pras pessoas que trazia água na garrafa, pra dar um pouquinho de água pro Marçal (muito emocionada) por que ele não bebia água pegada do varjão por que ele tinha nojo, fervia a água e ele não bebia por que ele falava: Mãe, eu não bebo essa água, e aí ele ficou muito fraquinho, mas daí levamo ele pro hospital, lá ele internou, e ele foi melhorando, com dois dia, ele já tava bom, por que chegou lá ele começou a beber aquela água de torneira, ele falava: Olha mãe, agora eu to bebendo água! Por que ele gostava daquela água. Aí com dois dia ele tava bem melhor, aí ele já foi só recuperando e a gente veio embora, graças a Deus ele ficou bom, mas eu quase perdi ele nesse acampamento (fala engasgada). Mas aí a gente enfrentou tudo.⁴⁸

O Sidnei meu ficou aguado, o caçula, ele pedia só pra ir embora, que ele só queria ir embora pra casa da vó, (longo silêncio), ele não podia ver ônibus que vinha, por causa que o ônibus vinha no acampamento pegar o pessoal, pra levar pro Mundo Novo (silêncio) e quando ele via o ônibus ele falava: Vamo mãe, vamo pra casa da vó mãe, eu não quero fica aqui. E daí a gente ficava sofrendo, e ele ficou tão magrinho, que chegou um momento, que meu marido falou assim: Olha mulher, vai embora com ele, eu vou por vocês no ônibus vocês vão embora pra casa da mãe, e fica lá, e eu vou ficar aqui aguentando até quando eu puder, quando eu não puder eu vou embora também, se eu não aguentar. Aí eu falei: Eu não vou não, por que nós já tinha trazido as nossas coisas, nossa mudancinha, era o que nós tinha, e se eu fosse embora não tinha mais nada, por que não tinha pra onde ir, aí

⁴⁸ Maria de Lourdes Bissoli, 60 anos, liderança do Assentamento São Manoel. Anastácio/MS. Entrevista realizada em novembro de 2011.

eu falei, não eu não vou não. Ele falou: Vai, por que se nós perder nosso filho é pior (longo silêncio).⁴⁹

Notamos, durante a realização das entrevistas, que lembrar e reelaborar essas situações que consideraram extremas na sua trajetória, fez com que o relato se enriquecesse em detalhes. O cotidiano dos primeiros anos no acampamento apareceram de forma emblemática e predominante na fala de Lourdes Bissoli, Gilda e Cleuza, que estiveram no acampamento da Vila São Pedro e na Gleba Padroeira do Brasil. As falas nos mostram também, as estratégias desenvolvidas por essas pessoas para a sobrevivência em um ambiente inóspito e ainda desconhecido, além de uma realidade política de extrema exclusão e descaso por parte do Estado:

E também depois que a gente tava no nosso lote, o primeiro ano, quando chegou o natal, chegou o natal meu marido falou: Era uma véspera de natal ou ano novo, era véspera, de ano novo, não to bem... de ano novo mesmo... acho que era véspera. Aí nós tava já passando bastante necessidade por que o bispo, tinha vencido já o prazo pra ele doar as coisas, ele não tava mais doando, por que aí já tinha passado pro governo, pra passar as alimentação pra nós aí, era o Wilson Barbosa, só que ele não tinha trazido ainda nenhuma vez. Aí meu marido falou: Ah, eu vou ir caçar, por que não tem nada pra nós comer amanhã, e nós não vamo passar... passar o dia de ano novo sem ter nem um pedacinho de carne, eu vou ir caçar nem que seja um porco do mato. Aí ele saiu pra caçar, um bicho pra nós comer, aí eu... aí nesse dia eu , de tarde chegou a compra do governo. Foi aquela festa, aí quando os homem chegaram lá em casa, trouxeram nove lata de leite, leite Mococa de dois quilo, e trouxe carne, trouxe bastante compra, aí eles puseram no meio da cozinha, no chão, daí o meu filho, o Sidnei (muito emocionada) ele tava com dois ano e meio, com três aninho, ele já tinha completado ... ele num, ele ficou tão feliz que ele dançava em volta do monte de compra. (Choro) Eu até chorei, até hoje eu ainda choro quando eu lembro, por que eu fiquei muito emocionada de ver ele tão feliz, de ver o leite, tava sem leite fazia dias(...)daí foi muito bom, daí quando meu marido chegou, bem tarde da noite, ele trouxe um porco que ele tinha matado e a gente fez assado pra gente comer, foi muito bom, eu nunca vou me esquecer.⁵⁰

Ao lembrar, as mulheres acabaram, muitas vezes, por expressar visões de mundo e valores arraigados. Pudemos perceber em muitas falas, mas de forma especial

⁴⁹ Maria de Lourdes Bissoli, 60 anos, liderança do Assentamento São Manoel. Anastácio/MS. Entrevista realizada em novembro de 2011.

⁵⁰ Maria de Lourdes Bissoli, 60 anos, liderança do Assentamento São Manoel. Anastácio/MS. Entrevista realizada em novembro de 2011.

nesta abaixo, que para elas ser mulher significou se sacrificar em nome da família. Em suas falas encontramos indícios de que, no seu entendimento, a função e o grande mérito das mulheres, foi serem fortes e resistentes, não permitindo que os maridos desistissem de conseguir um lote. O movimento social serviu de espaço onde essas mulheres se empoderavam, e o fato de terem “segurado os maridos na luta” foi expressado, neste caso pela Lourdes, como motivo de muito orgulho no relato de sua trajetória de militância. Ela atribui a este fato as melhores condições de vida em que vivem hoje em dia:

Aí a gente veio pra Padroeira, lá a gente começou a fazer uma organização com o movimento de mulheres, que foi uma coisa que eu nunca tinha participado, também, comecei lá na Vila São Pedro a participar, das reunião, da direção lá. E lá também eu fazia sabão pra ajudar as pessoas que não tinha sabão pra lavar roupa. E aí, lá na Padroeira do Brasil a gente começou a organização, formamos grupo de mulheres, que foi tão bom, aquilo deu uma força pras mulher, por que os marido queria desistir, queria ir embora, e as mulher que tava no movimento, elas resistiram, falaram: Não, nós não vamo embora, nós vamo aguenta, por que se a gente for embora, nós não temo pra onde ir também. E vai denovo trabalhar de empregado, não tem pra onde ir, vamo resisti. E aí, por causa de nós tar unida, nós mulher, nós conseguimos segurar nossos marido, e conseguimos ir em frente na luta, e aí conseguimos pegar uma terra definitiva. Por que depois nós conseguimos um pedaço de terra aqui na São Manoel, foi aonde que a gente veio, em 90, final de 90 acho que foi. E aí ficamo aqui, aqui a gente tem o lote da gente, tem casa, tá bem melhor [...].⁵¹

Os materiais de estudo, objetos que guardam as “lembranças” do tempo de militância, foram guardados como verdadeiras relíquias, para Lourdes. Para ela estes objetos serão deixados como herança para o filho e a nora que também são militantes de movimento social, no caso o MST. A importância desses objetos, foi que testemunham o conhecimento adquirido, a história vivida e experienciada na trajetória de luta. Compartilhar esses conhecimentos com as gerações seguintes, aparece como uma forma de missão na fala da Lourdes, como uma forma de ensinamento:

E foi muito bom, ela explicou muito bem, e até hoje eu tenho meus material guardado, que é uma coisa que a gente, é uma lembrança...e meus material do tempo do movimento eu tenho tudo ainda guardado, até minha nora ela pegou pra encadernar, que ela falou que é uma

⁵¹ Maria de Lourdes Bissoli, 60 anos, liderança do Assentamento São Manoel. Anastácio/MS. Entrevista realizada em novembro de 2011.

coisa que não pode perder, é uma história ne, a vida da gente, então, eu tenho guardado, enquanto eu for viva vão fica, quando eu não tiver mais daí a pessoa, acho que é minha nora mesmo que vai ficar com eles, por que é ela que se interessa, a esposa do Márcio, a Elizandra. Que o Márcio também já fez parte de movimento, faz parte até hoje né, do movimento dos sem terra, então, eles dão valor pra essas coisa.⁵²

Nesse exercício de reescavar o passado, as mulheres acabaram por revelar suas visões de mundo, as expectativas em torno dos papéis sociais destinados a cada gênero. As questões de deveres de cuidado e da solidariedade apareceram como características predominantemente femininas. Na fala abaixo, o “pão da vó”, a que se referiu a Lourdes representou a materialização do cuidado feminino e dos fortes laços familiares envolvidos. O preparo da alimentação continuou a ser entendido como uma tarefa feminina, os trabalhos que possibilitaram a manutenção da vida de uma forma geral continuaram a cargo das mulheres.

Aí foi na época que esse ônibus vinha, aqui no acampamento e voltava em Mundo Novo, daí minha mãe, o ônibus foi em Mundo Novo e minha mãe procurou o ônibus e ela mandou pra mim, ela soube que nós tava passando necessidade, sem café, daí ela mandou dois quilo de café moído, mandou pão, ela fez uma rosca bem grande e bonita de pão doce, mandou lingüiça, mandou bala pras criança, daí o Marçal tava nesse serviço da fazenda, aí eu guardei pra ele quando chegar, mas daí ficaram tão feliz, por que aí a minha mãe, só que ela mandou uma cartinha que eu guardo até hoje, falando que era pra nós ir embora daqui, que ela não queria que nós ficasse, por causa das necessidade que passava, mas a gente queria lutar pelas terra da gente, daí nós não queria ir embora, queria ficar, queria lutar, queria vencer né, e aí nós não fomos, por que o mais difícil já estava passando. Daí quando ele chegou eles ficaram todo feliz, que vinha o pão da vó, que eles adorava a vó né, gostava demais da minha mãe, e aí foi muito bom dessa vez que ela mandou essa coisa. Por que a gente se sentiu, mais amado assim, por que ficava assim no acampamento, tinha os amigo, os conhecido mas tava longe da família e nunca tinha morado longe da família. Assim, tão longe, no mato assim nunca tinha... morado sempre perto.⁵³

⁵² Maria de Lourdes Bissoli, 60 anos, liderança do Assentamento São Manoel. Anastácio, novembro de 2011.

⁵³ Maria de Lourdes Bissoli, 60 anos, liderança do Assentamento São Manoel. Anastácio/MS. Entrevista realizada em novembro de 2011.

Entendemos que, de uma maneira paradoxal, a maternidade, ao mesmo tempo em que se constituiu discursivamente como mote principal para o empoderamento dessas mulheres na luta pela terra ou na sua ação dentro dos sindicatos, também se constituiu em barreira impeditiva para a ocupação de espaços outros, fora do âmbito privado. Esse movimento de transposição de fronteiras entre o público e o privado, proporcionado pela participação no movimento social, não se deu de forma pacífica, tanto no ambiente familiar, como no seio da própria comunidade, do Assentamento Monjolinho, nesse caso:

Elisa: Como foi pra viajar?

Cleuza: Ah, na época foi difícil hein! Foi um pedaço da estrada em cima do caminhão de leite. Aí depois de ônibus... mas venci! Fui, voltei e continuei, participando. Não era fácil, tinha dificuldade. Aí saía, pensava nos filhos em casa, os filhos era tudo pequeno. Mas foi muito bom. Foi dez.

Elisa: E o que as pessoas achavam de vocês saírem pra viajar.

Cleuza: Ah, nem todo mundo achava que era certo não. Tinha gente que criticava. Que lugar de mulher é dentro de casa. Que que mulher ia participar de coisa? Ir andar. Deixar marido e filho em casa. Tinha que trabalhar, pra que que ia andar?⁵⁴

Percebemos, ao longo da Cleuza, que as representações tradicionais de gênero presentes no imaginário dessa comunidade, muitas vezes se tornaram obstáculos para a ocupação de espaços de poder nos movimentos sociais de luta pela terra e sindicatos de trabalhadoras rurais. Entendemos que esses obstáculos se apoiaram numa persistência da imagem da “mãe” (ideal) como responsável exclusiva pelos cuidados com a família. As dificuldades foram se somando a outras, e, na fala da Lourdes, podemos perceber outras nuances de como as resistências, da família, da comunidade, influenciaram na decisão dessas mulheres em encerrarem as atividades do MMA/MS.

Mas [...] foi muito sofrido, nós participava do movimento, por que, que nem, eu era liderança do movimento, aí viajava, chegava em casa tava tanto serviço, tanta coisa pra fazer, aí tinha que passar as coisas pras companheiras. E aí quando a gente começou a falar sobre a violência contra a mulher os marido começou a achar ruim, não queria mais deixar as companheiras ir na reunião, por que falava que nós tava ensinando as mulher a brigar com os marido, queria que as mulher fosse submissa, não queria que as mulher se libertasse, então foi muito difícil. Aí a gente ficou dez ano com o movimento, daí foi parando por que as companheira foi ficando mais de idade, e não tinha condições de continuar. Eu mesma falei, vou parar, chegou um momento que eu

⁵⁴Cleuza de Souza Oliveira, 58 anos, liderança do Assentamento Monjolinho. Anastácio/MS. Entrevista realizada em novembro de 2011.

tava muito cansada e queria para pra cuidar um pouco das minhas coisas, por que a gente pegou a terra também daí tinha que cuidar né, trabalhar, produzir, criar as galinha, os porco. E aí as vezes saía pra reunião, demorava três, quatro dia, quando chegava, tava um monte de... pintinho morreu, porquinho, por que era só nós, e eu não tinha filha mulher pra me ajudar, só os menino e cada um cuidava dos... ia pra roça, daí não tinha muito tempo, né, pra cuidar em casa. **E aí, foi assim que nós paramo**, mas só que a gente parou o movimento mas ... foi uma coisa que, parou e não parou, por que a gente participa até hoje, quando tem alguma coisa. O pessoal convida, a gente vai, participa de reunião, de curso, e sempre é nós que somos chamadas, as que era, as antiga que era do movimento desde o começo, que é chamada pra participar das coisa, então assim, a gente não ficou assim com aquele movimento que tava, direto né, mas sempre , toda vez que tem uma reunião, alguma coisa, a gente é convidado pra ir a gente vai[...]⁵⁵

Podemos perceber, na fala da Lourdes, diversos apontamentos de razões para o encerramento das atividades do MMA/MS. Dentre esses apontamentos destacamos: os trabalhos em casa que ficavam por fazer quando retornava das viagens, as resistências dos maridos das companheiras aos questionamentos colocados nas reuniões, prejuízos materiais decorrentes da ausência por conta de viagens. Entendemos que não existe um consenso entre as mulheres sobre os motivos do encerramento das atividades do movimento, outros elementos estavam envolvidos, além do “cansaço” argumentado. E mesmo com o encerramento das atividades do MMA/MS, a trajetória de militância continuou, em outros espaços.

3.2.2. O corpo e os sentidos das memórias

Por mais paradoxal que tenha sido a trajetória de militância de cada uma dessas mulheres, todas elas consideraram que a experiência da militância, uma experiência transformadora no sentido positivo, pois se consideram realizadas e orgulhosas desta história de vida que nos relataram durante as entrevistas. Pudemos perceber também, durante a realização deste trabalho que a questão do cultivo das memórias do tempo de militância é algo muito importante para a mulheres, haja vista a importância que elas atribuem a sua participação, demonstrado de forma patente na importância que o encontro anual adquiriu para elas, desde o ano de 1994, quando elas

⁵⁵Maria de Lourdes Bissoli, 60 anos, liderança do Assentamento São Manoel. Anastácio/MS. Entrevista realizada em novembro de 2011. (grifos meus)

decidiram pela auto-dissolução do movimento, como percebemos de forma muito clara nesses dois trechos da entrevista com a Gilda:

E sobre a liderança veia, essa não é veia, é sempre nova, por que a gente sempre, nunca vamos esquecer uma da outra. Quando chega a data do ano, que a gente marca pra poder se encontrar, eu pra mim é uma alegria, poder se encontrar, rever as companheiras, novamente, é muito bom. Matar a saudade, ver as pessoas, se abraçar, conversar, saber como é que tá...indo né.⁵⁶

Eu pra mim isso é uma maravilha, aprendi muito, muito, muito mesmo. E pra mim é que nem se fosse uma missão. Tem que encontrar, não deixo nada marcado pra aquela data. Tem vez que a gente marca uma coisa a gente esquece né. Não, o encontro das mulheres nunca foi esquecido. De jeito nenhum! Sempre tá lembrado. É uma coisa que a gente guarda pra sempre, uma amizade.⁵⁷

Os sentidos da memória muitas vezes remetem de forma insistente para a experiência da corporeidade. Os quadros da memória representados nas falas das mulheres ganhavam uma riqueza de detalhes impressionante quando se tratava de memórias que envolveram a experiência do corpo. O corpo, nas suas falas, apresentou-se como local de inscrição de acontecimentos marcantes, bem como foi o local onde o tempo se manifestou de forma mais implacável, embora nunca seja muito exato, ou linear, como percebemos na fala de D. Maria:

Quando foi...ah, eu não sei da época. Num lembro, mais com aquele tempo. Conheci as mulher que trabalhava no movimento, das mulher agricultora. Assistia reunião, reunião do sindicato, reunião das mulheres. Aí eu me interessei, de entrar no movimento. Por aí trabalhei uns oito ano, junto com as mulheres, gostei muito! E saí mod'a saúde mesmo, problema de saúde. Ah, mas até hoje eu tenho saudade, tenho saudade memo...daquele tempo, como era bom. Tenho saudade das companheira, sinto falta, tinha vontade de se poder, fazer alguma coisa, mas... infelizmente, não dá mais pra fazer. E eu tenho saudade daquele tempo, foi muito bom. Tirei muito proveito, tirei

⁵⁶Gilda Alves de Souza, 59 anos, liderança do Assentamento Monjolinho. Anastácio, novembro de 2011.

⁵⁷Gilda Alves de Souza, 59 anos, liderança do Assentamento Monjolinho. Anastácio, novembro de 2011.

muita coisa que eu não sabia. E...tô aí só com a saudade...dos momentos.⁵⁸

Foi no processo de estudar as narrativas dessas mulheres e as suas experiências como militantes do movimento social que percebemos as sutilezas das relações de poder envolvidas na tessitura dessas relações sociais, nas representações que construíram sobre o que é ser mulher, temos ao mesmo tempo a experiência vivida e a valoração da cultura atual.

Elisa: Como você se sente em relação ao movimento?

Lourdes: Me sinto feliz assim de ter, me sinto como se o movimento não tivesse acabado, sinto ainda que sou uma parte da história né, quando vejo as mulher recebendo o salário maternidade, quando eu mesma me aposentei, pela trabalhadora rural ne, me aposentei com direito, com 55 ano, e muitas vezes assim, na cidade, quando encontro uma mulher num posto de saúde, que fala : Ah, mas você já é aposentada, você não tem sessenta ano. Eu falo: Mas nós da roça conseguimos nossa aposentadoria com 55 anos. Aí ela fica admirada, por que na cidade, as que não tem emprego, não se aposenta também ne, por que a dona de casa é difícil, e ai a gente se sente muito feliz de ter participado desse movimento, de ter tido esse conhecimento que nós tivemos. Por que se não fosse esse movimento, se não fosse esse conhecimento, a gente não tinha guentado a luta não.⁵⁹

Finalmente, as falas nos revelaram que, para essas mulheres o movimento ainda não acabou, que as conquistas realizadas e ainda, mais fortemente, o fato de “movimentarem-se” todos os anos no sentido de encontrar as companheiras faz com que as particularidades da memória aflorem com toda a força, pois em outros momentos elas afirmam e mesmo explicam os motivos do “fim do movimento”.

⁵⁸ Maria Tereza Lopes Figueiredo, 76 anos, liderança do município de Angélica. Dourados/MS. Entrevista realizada em dezembro de 2011.

⁵⁹ Maria de Lourdes Bissoli, 60 anos, liderança do Assentamento São Manoel. Anastácio, novembro de 2011.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

No primeiro capítulo deste trabalho, procuramos investigar as formas históricas de invisibilização do feminino para o espaço público. Para isso situamos a discussão em termos de “movimentos em movimento”. Apontamos aproximações, distanciamentos, continuidades e rupturas entre o “movimento” da história das mulheres para o reconhecimento e legitimação como campo de estudos na academia e as lutas das mulheres do MMA/MS pelo reconhecimento do seu status como trabalhadora e conquista da cidadania através de direitos. Através do uso da categoria gênero, na perspectiva da diferença, procuramos focar a especificidade da trajetória de formação do Movimento de Mulheres Agricultoras do Mato Grosso do Sul.

No segundo capítulo analisamos as articulações estabelecidas pelo MMA/MS como outros movimentos sociais na trajetória da sua formação. Para isso partimos do conceito de redes de movimentos sociais, como trabalhado por Ilse Scherer-Warren. Procuramos focar nessa análise as relações de poder envolvidas nessas articulações com movimentos sociais, sindicatos, partidos políticos e entidades da igreja, como a Comissão Pastoral da Terra.

No terceiro capítulo enfocamos individualmente as memórias das mulheres para refletir sobre a experiência da militância e os processos de construção identitários. Procuramos com isso reafirmar a pluralidade do objeto de estudo “mulheres” e a necessidade de se focar as questões de interculturalidade nos estudos de história do tempo presente.

Os estudos sobre a história das mulheres tendo como base a luta pela terra e os movimentos populares de mulheres ainda são raros e carecem de mais estudos para que se possa realmente construir um arcabouço teórico-metodológico próprio. Considerando a temática proposta, nosso grande objetivo foi historiar a formação do Movimento de Mulheres Agricultoras do Mato Grosso do Sul e, nesse processo, analisar as relações de gênero e a trajetória das suas lideranças na trajetória de luta para superar os papéis tradicionais de gênero e ocupar o espaço público, marcadamente machista e patriarcal.

No nosso entendimento, não bastou a simples constatação de que as mulheres foram invisibilizadas no relato histórico, foi preciso trabalhar no sentido de produzir fontes que focassem o protagonismo político dessas mulheres na sua trajetória de militância. Nesse sentido foi de fundamental importância o aporte nos

estudos culturais. A associação dos temas trabalhados às questões da pós-modernidade, presentes nas leituras principalmente de produções antropológicas e históricas, possibilitou a ampliação do horizonte teórico, mormente as perspectivas da História Cultural na tentativa de analisar os processos de criação de identidades e representações sociais.

Esses conceitos foram as principais ferramentas das quais fizemos uso neste trabalho, na tentativa de construir uma leitura “no feminino” acerca da formação do MMA/MS. A idéia de movimento perpassou todo o trabalho, e referiu inclusive à perspectiva metodológica adotada, em que procuramos sim, explicitar e historicizar os conceitos, mas acima de tudo, colocá-los em movimento a partir do seu uso.

As histórias temáticas, particularmente analisadas de uma perspectiva interdisciplinar, serviram para explorar as relações entre representações sociais, memória e narrativa pessoal. Com a análise das entrevistas, notamos as sutilezas dos processos históricos em que essas mulheres enfrentaram o argumento da condição de gênero como fator dificultador ou impeditivo para a militância política. Entendemos que a participação no MMA/MS pode ter contribuído para desconstrução desses papéis socialmente determinados, ainda que com limitações. As estratégias construídas pelas mulheres para incluir na pauta de luta dos movimentos sociais, as questões de gênero sofreram resistências por parte de familiares, companheiros de luta e da comunidade em geral.

Por isso acreditamos que esta pesquisa nos levou a entender os novos espaços sociais das mulheres, e alimentar nosso questionamento se estes estão fortalecendo a autonomia, o poder de decisão das mulheres assentadas ou reproduzindo os tradicionais papéis. Nosso intento, nesse sentido, foi identificar e analisar as vozes das mulheres militantes na luta pela terra enquanto autonomia de expressão, enfocando as lembranças da luta pela terra, a partir da qual se constituem como sujeitos reais, sociais e ativos na construção da história, bem como relacionar sua inventividade na transformação da memória cultural e construção de identidade.

O campo para os estudos da História das Mulheres, enfocando o protagonismo feminino nas lutas sociais é um campo fértil, e abre, na nossa opinião, cada vez mais os horizontes se abrem para a história enquanto disciplina acadêmica. As representações de gênero expressas nas falas das mulheres líderes do MMA/MS nos reafirma o quanto é complexa essa temática, e o quanto ainda carecemos de estudos deste nível. Ainda que a divisão sexual do trabalho seja um tema já mais que visitado

pelos estudos de história das mulheres, os estudos que enfocam camponesas ainda são poucos, embora de muita qualidade, e venham ganhando força na nossa universidade, diante de nossa realidade eminentemente rural.

Entendemos que o que ficou, de forma mais significativa, ao final deste trabalho é a nossa firme posição de focar as diferenças, as discontinuidades, paradoxos e conflitos. Enfocar as histórias vividas, a partir das narrativas da memória torna o estudo da história mais humano, mais carnal, contra todas as acusações feitas contra este tipo de enfoque, no sentido de apontar sua falta de exatidão.

As relações humanas sempre são conflituosas, e não poderia ser diferente neste caso. Poderíamos perfeitamente ter construído um grande trabalho analisando apenas as fontes escritas, que eram abundantes no arquivo do MMA/MS. Entretanto, entendemos que isso seria restringir o estudo a “mulheres de papel”, perdendo em riqueza de detalhes e sutilezas. Ainda que infinitamente mais trabalhoso, foi muito mais gratificante e enriquecedor o trabalho corpo a corpo, a troca de calor humano, o olho no olho. Entendo, pessoalmente, que somente assim poderia construir um trabalho transformador, que transformasse a mim, e a elas, nessa conflituosa relação.

Escrever de forma acadêmica, deixando de lado a “militante” que também habita o mesmo corpo que a “historiadora”, foi um desafio constante, e um objetivo nem sempre alcançado. Procuramos ao longo do desenvolvimento do trabalho, deixar um pouco de lado nossas convicções políticas, no entanto assumimos, elas estão por toda a parte neste texto, e não poderia ser diferente. Ao fim desta caminhada, a sensação de exaustão física é proporcional ao sentimento de gratidão, pela oportunidade de trazer para este espaço, questões fundamentais tantas vezes deixadas de lado. Tenho certeza que fui profundamente transformada nessa viagem.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBERTI, Verena. Fontes Oraís: história dentro da história. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). *Fontes históricas*. São Paulo: Contexto, 2005. p. 155-202.

ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de. *(Re)criação do campesinato, identidade e distinção: a luta pela terra e o habitus de classe*. São Paulo: UNESP, 2006.

ARENDT, Hanah. *A condição humana*. Tradução de Roberto Raposo. 10ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

CHARTIER, R. *À beira da falésia: a história entre certezas e inquietude*. trad. Patrícia Chittoni Ramos. Porto Alegre: Editora Universidade/UFRGS, 2002.

CORTEZ, Cácia; SILVA, Edsom; TAQUES, Luiz. *A travessia do rio dos pássaros*. Belo Horizonte: SEGRAC, 1985.

DEERE, Carmen Diana; LEON, Magdalena. *O Empoderamento da Mulher: direito à terra e direitos de propriedade na América Latina*. Porto Alegre, RS: Editora UFRGS, 2002.

DEERE, Carmen D. Os direitos da mulher à terra e os movimentos sociais na reforma agrária brasileira. *Revista Estudos Feministas*. Rio de Janeiro, v. 12, n. 01, p.175-204, jan/abr. 2004.

FALCON, Francisco Falcon. História e Poder. In: CARDOSO, Ciro F.; VAINFAS, Ronaldo (orgs). *Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: 1997. (19ª reimpressão).

FALCON, F.J.C. História e Representação. In: CARDOSO, C.F., MALERBA, J. (orgs.). *Representações: Contribuição a um debate transdisciplinar*. Campinas, SP: Papyrus, 2000.

FOUCAULT, M. *Estratégias, poder saber*. Coleção Ditos e Escritos (IV), Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003 p. 231-232)

FIGUEIREDO, L. A. *Uma história de lutas- as mulheres agricultoras de Mato Grosso do Sul e a criação de seu movimento*. 2001.122 f. Dissertação (Mestrado em História). Faculdade de Ciências Humanas, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul.

GOHN, Maria da G. Movimentos sociais na contemporaneidade. *Revista Brasileira de Educação*. v. 16, n.47, p. 333-361, mai/ago. 2011.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. 2ª ed. São Paulo: Vértice/Editora dos Tribunais, 1990.

KOFFES, Suely; PISCITELLI, Adriana. Memórias de “histórias femininas, memórias e experiências”. *Cadernos Pagu*. Campinas, v. 8, n. 9, p. 343-354. 1997

KUHN, S. *As relações de gênero no campo. Os mecanismos de reprodução das relações de dominação e as tentativas de enfrentamento e superação empreendidas pelo MMA/MS*. 1997. 134 f. Dissertação (Mestrado em Educação).

IANNI, Octávio. *Colonização e Contra-Reforma Agrária na Amazônia*. Petrópolis: Vozes, 1979.

LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. trad. Bernardo Leitão. 2ªed. Campinas: ed. UNICAMP, 1992.

MENEGAT, Alzira Salette. *No coração do Pantanal: assentados na lama e na areia*. Dourados: UEMS/UFGD, 2009.

MOSCOVICI, Serge. *Representações Sociais: investigações em psicologia social*.Petrópolis, RJ: Ed. Vozes, 2003.

NORA, Pierre. *O acontecimento e o historiador do presente*. In: LE GOFF, Jacques. *A nova história*: Lisboa: Edições 70, 1992.

PEDRO, Joana Maria. *Traduzindo o debate: o uso da categoria gênero na pesquisa histórica*. *Revista de História*.VI 24, n.01, São Paulo, 2005.

PERROT, Michelle. *As mulheres ou os silêncios da história*. Trad. Viviane Ribeiro. Bauru: EDUSC, 2005.

PERROT, Michelle. *Os Excluídos da História. Operários, mulheres e camponeses*. Trad. Denise Bottmann. Paz e Terra.1988.

RÉMOND, René. O retorno do político. In: CHAUVEAU, A.; TÉTART, P. (org.). *Questões para história do tempo presente*. Trad. Ilka Stern Cohen. Bauru: EDUSC, 1999.

SARACENO, C. A dependência construída e a interdependência negada. Estruturas de gênero da cidadania. In: BONACCHI, G. e GROPPI, A.[orgs.] *O dilema da cidadania: Direitos e deveres das mulheres*. Tradução de Álvaro Lorencini. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1995.

SCHERER-WARREN, Ilse. Redes de movimentos sociais no mundo multicultural. *Katálisis*. Florianópolis, v. 8, n. 1, jan/jun. 2005.

_____. A política dos movimentos sociais para o mundo rural. Palestra proferida no II Encontro da Rede de Estudos Rurais, UFRJ, 2007. Disponível em: <http://r1.ufrj.br/esa/art/200704-005-022.pdf>. Acesso em 26/06/2011.

SCOTT, Joan. A mulher trabalhadora. In: PERROT, Michelle; FRAISSE, Geneviève. (orgs.). *História das Mulheres no Ocidente. vol. 4. O século XIX*. Porto: Afrontamento, 1993.

SCOTT, Joan. História das Mulheres. In BURKE, Peter. *A Escrita da História: Novas Perspectivas*. Trad. Magda Lopes. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1992.

SCOTT, Joan. *Gênero, uma categoria útil para análise histórica*. http://www.dhnet.org.br/direitos/textos/generodh/gen_categoria.html. Acesso em: 25 de setembro de 2009.

SOHIET; Rachel. História das Mulheres. In CARDOSO, Ciro Flamarion e VAINFAS, Ronaldo (orgs.). *Domínios da História: Ensaios de Teoria e Metodologia*. Rio de Janeiro: Elsevier, 1997. 19ª reimpressão.

SOHIET, Rachel; PEDRO, Joana Maria. *A emergência da pesquisa da História das Mulheres e das Relações de Gênero in Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 27, nº 54, p. 281-300 – 2007. Disponível em> http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S010201882007000200015&script=sci_arttext. Acesso em 29/10/2009.

SPRANDEL, Márcia Anita. *Brasiguaios: conflito e identidade em fronteiras internacionais*. Dissertação (Mestrado em Antropologia), UFRJ.

TEDESCHI, L. A. *História das Mulheres e as Representações do Feminino*. Campinas: Ed. Curt Nimuendajú, 2008.

_____. O uso da categoria gênero na história das mulheres camponesas: uma ferramenta necessária. In: MENEGAT, A.S.; TEDESCHI, L.A.; FARIAS; M.F.L (orgs.). *Educação, relações de gênero e movimentos sociais: um diálogo necessário*. Dourados, MS: Ed. da UFGD, 2009.

WOODWARD, K. Identidade e Diferença : uma introdução teórica e conceitual. In SILVA, T. T. [Et all (orgs.)]. **Identidade e Diferença : a perspectiva dos estudos culturais**. Petrópolis: Vozes, 2000.

ANEXOS

Anexo A: Documento "Explicações sobre o projeto do Movimento de Mulheres Agricultoras/MS



EXPLICAÇÕES SOBRE O PROJETO DO MOVIMENTO DE MULHERES AGRICULTORAS = MS (MMA-MS) BRASIL

I - POR QUE O MOVIMENTO DE MULHERES AGRICULTORAS-MS?

O Movimento de Mulheres Agricultoras - MS existe para:

- Conscientizar as mulheres trabalhadoras rurais de seus direitos e organiza-las para a conquista dos mesmos, conquistando assim a sua cidadania e libertando-se do machismo.
- Encaminhar lutas concretas para que os direitos garantidos legalmente sejam conquistados na prática.
- Ser um espaço onde as mulheres se sintam seguras para discutir seus problemas e levantar suas propostas.

II - LUTAS:

Em 1987, o Movimento de Mulheres Agricultoras-MS, iniciou no Mato Grosso do Sul, com apoio de alguns Sindicatos de Trabalhadores Rurais uma luta pelos Direitos Previdenciários das Trabalhadoras Rurais:

- * Aposentadoria
- * Auxílio Natalidade
- * Auxílio Doença por acidente de trabalho
- * Salário Maternidade etc.

Em 1988 tomamos parte na luta nacional pela inclusão destes direitos na nova Constituição.

E 1991 esses direitos foram regulamentados e aprovados no Congresso Nacional, com exceção do Salário Maternidade que foi vetado pelo presidente Collor de Mello.

A garantia destes direitos na lei não significou a conquistas deles na prática porque a maioria das mulheres ou estão desinformadas ou não possuem toda a documentação exigida pela lei.

A partir de então intensificamos a campanha pela documentação da mulheres: carteira de identidade

- CIC ou CPF
- carteira de trabalho
- Nota Produtora Conjunta
- Carta de Anuência Conjunta
- Carteira do STR

Nota Produtora: é o documento que prova a contribuição previdenciária por ocasião da comercialização do produto e só sai no nome do homem ou da mulher que não tem marido. Portanto a mulher que tem marido não tem como provar a contribuição previdenciária para poder usufruir dos direitos.

O Movimento de Mulheres Agricultoras quer que a Nota seja conjunta isto é: no nome do casal e filhos maiores de 14 anos. Para que isto aconteça é necessário:

- derrubar um decreto lei Estadual de 1991 que impede de fazer a Nota Produtora Conjunta.
- conseguir o apoio de outras organizações da classe trabalhadora para poder derrubar este decreto porque somos o único movimento no estado a

Carta de Anuência - é o documento provisório da terra que o INCRA fornece aos assentados e este também só sai no nome do homem ou da mulher que não tem marido.

O Movimento de Mulheres Agricultoras quer que ele saia no nome do casal porque esse documento é necessário para tirar a nota produtora e porque muitos homens estão vendendo a terra sem a permissão das mulheres. Neste caso também somos o único movimento do Estado a promover esta luta e estamos tendo dificuldades em conseguir apoio prático de outros Movimentos e Entidades.

Salário Maternidade - o Salário Maternidade para a Trabalhadora Rural é uma luta que está sendo feita à nível nacional e o Movimento de Mulheres Agricultoras, mais uma vez é o único no Mato Grosso do Sul a promover esta luta.

Observação - a mulher trabalhadora rural com carteira assinada tem todos os direitos previdenciários garantidos como a trabalhadora urbana.

III - OUTRAS ATIVIDADES

1 - Produção do Gergelim

Objetivos:

- Aprender a planejar a produção, fazer cálculos de produção e comercializar.
- Alternativa alimentar e medicinal
- Mais uma alternativa econômica para a pequena propriedade
- Ajuda financeira para o Movimento de Mulheres Agricultoras. 5% da produção será para o Movimento de Mulheres Agricultoras.

Por que o Gergelim

- Fácil de produzir
- Produz em qualquer terra e ocupa pouco espaço
- Suas folhas matam os formigueiros
- Não precisamos investir capital
- Produto já conhecido e utilizado por muitas famílias
- Pode ser guardado quase o ano todo sem estragar
- É produto medicinal:
 - Como chá - protege a vista
 - limpa a pele
 - dá força na hora do parto
 - limpa o útero após o parto
 - Como alimento+
 - combate a anemia
 - tratamento da coluna porque tem magnésio
 - seu óleo é usado contra alergias de pele e queimaduras.

Produção e Comercialização

Em grupo ou individual

Quem produz

4 locais diferentes entre 4 a 7 pessoas de cada local.

2 - Bazar da Pechincha

Roumas usadas que são doadas ao movimento e vendidas por preços bem

Objetivos:

- Ser uma fonte de renda para o Movimento
- Oportunidade para as mulheres aprenderem a trabalhar com o Banco
- Evitar o paternalismo
- Ajudar o próprio pessoal que compra porque na sua grande maioria não podem comprar nas lojas.

Como funciona:

- Em cada local é formada uma equipe de 3 a 4 mulheres para colocar os preços e vender as roupas.
A administração e aplicação do dinheiro é feita pelas lideranças e colocado em uma poupança que é aberta em nome de duas companheiras.
O dinheiro vai sendo usado conforme as necessidades locais. Exemplo: despesas de encontros locais, pagamento de passagens, alimentação em viagem etc.

3 - Pesquisa e Elaboração de Material

Boletim

O Movimento de Mulheres Agricultoras faz o Boletim das Lutas da Mulher Agricultora - MS que sai de 2 em 2 meses desde de 1986.

Objetivos

- Servir de elo de ligação e troca de experiência entre grupos dos diversos locais, dando notícias das várias lutas e atividades desenvolvidas pelas trabalhadoras.
- Incentivar a troca de experiências sobre o uso de ervas medicinais.
- Repassar as informações sobre os vários acontecimentos sociais e políticos que atingem as mulheres e a classe trabalhadora
- Material de discussão nos grupos de base

Como é feito

O Boletim é elaborado com a colaboração dos grupos locais que enviam as notícias de cada local e receitas de remédios caseiros.

A outra parte é elaborada na secretaria do Movimento de Mulheres Agricultoras com notícias de interesse das agricultoras e no final tem sempre algum material para estudo em grupo. Exemplo: Direitos Previdenciários; Documentação; Saúde etc;

Assinatura

Annual, pode ser individual ou em grupo.

A assinatura pode ser paga em produto ou em moeda e foi calculado no valor de 4 kg de feijão.

O número de assinaturas individuais diminuiu ultimamente devido as dificuldades financeiras. Também algumas outras organizações que assinam nosso Boletim e usavam como material de reunião, deixaram de assinar a partir do momento que passaram a colocar na capa, o símbolo do Movimento de Mulheres Agricultoras.

Material de Estudo

O Movimento pesquisa e elabora material para estudo e discussão nas bases: cartilhas, panfletos e textos sobre: Leis Constitucionais que criaram o Sistema Único de Saúde e como funciona. Direitos Previdenciários conquistados. Como fazer os documentos e encaminhá-los. Como funciona o corpo da mulher. Os Vários tipos de Violência Contra a Mulher. Por uma

Anexo B – Relatório do 1º Encontro Estadual do Movimento de Mulheres Agricultoras do Mato Grosso do Sul, p. 03.

6

3. OBJETIVOS -

OBJETIVO GERAL: Promover a libertação integral da mulher. Conscientizá-la de seus direitos e capacitá-la para assumir seu papel dentro da sociedade como membro ativo.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS:

1. Realizar encontros municipais para fortalecer as comissões, onde já existem e ampliar para outros municípios onde ainda não existem;
2. Promover o intercâmbio entre os municípios, para troca de experiências e ajuda mútua;
3. Organizar melhor as bases;
4. Formar lideranças através de cursos e fornecendo material.
5. Divulgar melhor o movimento;
6. Comemorar as datas significativas ao movimento;
7. Valorizar e promover a cultura popular;
8. Promover um encontro estadual do movimento anualmente

4. DECISÕES TOMADAS:

1. Formação de uma comissão estadual, com representantes de cada município. A comissão ficou assim formada:

Marina Garcia	Nioaque
Cícera Soares Macedo	Angélica
Josefa da Silva Falconieri	Deodápolis
Ana Cristina Diniz Ferrari	Glória de Dourados
Edineuza Alves	Caarapó
Marina Barbosa	Jateí
Marta Rosana C. Andrelevícios	Sete Quedas
Antônia Benedita Estevam	Corumbá
DeusamrG. Correia e Fátima Martinez	Miranda

2. Fazer um abaixo-assinado com as seguintes reivindicações:
 - Aposentadoria aos 45 anos
 - Assistência à saúde da mulher
 - Assistência em acidente de trabalho
 - Reconhecimento da profissão de agricultora
 - Auxílio Natalidade.

Esse abaixo-assinado será entregue em Brasília no dia 8 de março de 1987 por uma comissão de mulheres que será escolhida nas bases. Ao mesmo tempo será feita uma passeata em Campo Grande para entregar um documento aos deputados para que eles se comprometam com nossa luta.

3. Conseguir um espaço nos meios de comunicação para que se faça tornar público os nossos problemas.

Anexo C- Panfleto da campanha "Trabalhador e trabalhadora rural, no censo da população 1991, declarem sua profissão".

**TRABALHADOR E TRABALHADORA RURAL,
NO CENSO DA POPULAÇÃO
1991, DECLAREM A SUA PROFISSÃO!**

O QUE É O CENSO DA POPULAÇÃO

De 10 em 10 anos o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas) realiza o CENSO DEMOGRÁFICO. Este Censo é um levantamento da população brasileira, das suas condições de moradia, saneamento básico, escolaridade, situação familiar, profissão, horas trabalhadas, rendimento, migração, etc.

A cada 5 anos é feito também o CENSO AGROPECUÁRIO onde são levantados os dados sobre as condições dos produtores rurais, a sua relação com a terra, a utilização das terras, a mão de obra ocupada na propriedade, a finalidade e a quantidade da produção, etc.

Os dados dessas pesquisas dão uma visão da situação do país e das condições do povo brasileiro e servem de subsídio para os planejamentos e definições das políticas governamentais, dos organismos nacionais e internacionais e também para as organizações populares.

Os dados levantados pelo Censo são informações públicas porém fica garantido o sigilo sobre os dados pessoais (nome, endereço) das pessoas entrevistadas impossibilitando assim o seu uso para fins fiscais.

Para termos clareza sobre a situação real do povo brasileiro é importante que sejam dadas informações reais e concretas. Assim os Movimentos Populares também terão dados concretos e oficiais para planejar com mais precisão as suas lutas e reivindicações.

O CENSO DEMOGRÁFICO 1991

A partir do mês de setembro deste ano, recenseadores contratados pelo IBGE irão percorrer o país inteiro para colher os dados para o CENSO DEMOGRÁFICO 1991.

Eles se dirigem à pessoa referência ou chefe do domicílio, preenchendo um formulário para cada domicílio e um formulário para cada pessoa do domicílio. Com isso são registrados individualmente os dados de cada membro do domicílio. Portanto, quem for responder as perguntas do recenseador deverá declarar a situação de cada pessoa da família ou do domicílio.

**Anexo D: Documento- “Concepção e prática dos movimentos de mulheres – Articulação Sul”. 1991.
(Frente)**

CONCEPÇÃO E PRÁTICA DOS MOVIMENTOS DE MULHERES - ARTICULAÇÃO SUL.

HISTÓRICO

1º Momento (1980 - 1985) -
Despertar e primeiras tentativas
de organização.

Município de Deodápolis - primeiras tentativas de despertar as mulheres para os problemas sociais através de reuniões de saúde e incentivando para participar das reuniões de fundação do STR do município.

Mais tarde, no acampamento dos despejados da primeira ocupação de terra no Estado começamos a organização de grupos de mulheres no acampamento para discutir o quanto era importante a participação das mulheres na luta pela terra.

A partir deste momento e depois no assentamento provisório da Padroão Brasil a participação organizada das mulheres tornou-se efetiva em todas as lutas, sendo que algumas foram puxadas pelas mulheres, como por exemplo: leite para as crianças e merenda escolar.

2º Momento (1986 - 1987) - Estruturação do movimento

Com o apoio de alguns STR, o movimento começa a expandir para outros municípios, onde são formadas as comissões municipais.

Em julho de 1986, realizamos nosso primeiro encontro estadual, onde foi formada uma comissão estadual com a finalidade de unir vários grupos e dar direção ao movimento.

Em 12 de agosto de 1987 - 1ª passeata de Mulheres Agricultoras reivindicando aposentadoria.

3º Momento (1988- 1989) - Autonomia do movimento

A partir do final de 1987 começamos a sentir necessidade de buscar nossa autonomia e caminhar com nossas próprias pernas.

Percebemos que além das lutas econômicas e políticas, existem questões específicas das mulheres, e que nós é que deveríamos assumir estas bandeiras e para isto precisávamos de um espaço nosso, isto porém sem nos isolarmos das outras lutas da classe trabalhadora.

Discutimos políticas de alianças com outros movimentos em determinados momentos.

Começamos a encontrar nossa própria identidade e conquistamos credibilidade diante das outras organizações.

Foi o momento de maior ampliação do movimento e afirmação da coordenação estadual.

Outro fato importante foi que em 1989 passamos a participar da articulação dos Movimentos da Trabalhadoras Rurais dos 5 Estados do Sul.

1990 - 91 - Como está o movimento atualmente

nestes últimos 2 anos intensificamos muito nossas lutas em cima de



três temas: Saúde da Mulher, Violência Contra a Mulher, Mulher na Produção e Reprodução.

Houve um grande avanço na consciência das companheiras mas estamos sentindo muitas dificuldades em fazer avançar o movimento como um todo.

Há críticas por parte de pessoas de outros movimentos em cima de lideranças do nosso movimento e por este motivo nosso movimento está enfraquecendo em vários lugares.

Sentimos que estas críticas são feitas porque há muita dificuldade de aceitarem o nosso movimento como autônomo. Todos dizem que apoiam a luta das mulheres mas querem que a nossa organização seja por dentro dos outros movimentos ou organização da classe trabalhadora.

Ultimamente temos discutido muito estas questões na nossa coordenação e temos proposto reuniões com lideranças de outros movimentos para discutir estas questões.

CARÁTER DO MOVIMENTO

Movimento autônomo que organiza trabalhadoras rurais assentadas e pequenas-proprietárias.

É coordenado e dirigido pelas trabalhadoras rurais.

Discute e trabalha as questões da mulher, como mulher e como trabalhadora rural.

Trabalhar em conjunto com outras organizações.

OBJETIVO

Ser um espaço onde a gente possa descobrir a nossa identidade como mulheres, nos conscientizar e capacitar para participar em pé de igualdade nas várias organizações da classe trabalhadora tais como: associação, cooperativas, sindicatos, partidos políticos, etc.

Conquistar nossa cidadania.

Chegar a uma transformação social, onde homens e mulheres dividam as responsabilidades do mundo da produção e reprodução.

Ser um espaço onde a gente se sinta segura para levantar as nossas propostas e leva-las para outras organizações.

ORGANIZAÇÃO: COMO ESTÁ ORGANIZADO O NOSSO MOVIMENTO

O movimento está organizado em grupos nos municípios e assentamentos.

- Grupos comunitários - 1 ou 2 lideranças
- Coordenação do Assentamento ou Município- 1 liderança de cada comunidade.

- Coordenação Regional - 1 liderança de cada município ou assentamento da região, onde o movimento está organizado.

- Coordenação Estadual- Formada por lideranças regionais e mais uma liderança de cada município onde não tem coordenação regional.

O movimento está organizado em três regiões mas só tem duas coordenações regionais.

Autorizo a reprodução deste trabalho.

Dourados, 31 de agosto de 2012.

Elisa de Oliveira Kuhn